

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALESKA TRINDADE LIMA

TERRITÓRIO, ACESSIBILIDADE E RESISTÊNCIA: RELAÇÕES DE PODER E
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA (2010-2024)

Uberlândia
2025

ALESKA TRINDADE LIMA

TERRITÓRIO, ACESSIBILIDADE E RESISTÊNCIA: RELAÇÕES DE PODER E
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CIDADE DE UBERLÂNDIA (2010-2024)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em História.

Área de concentração: História, cultura e poder

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

Uberlândia
2025

Banca examinadora

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (orientador)

Profa. Dra. Jorgetânia da Silva Ferreira (UFU)

Profa. Dra. Patrícia Rodrigues da Silva (UFAM)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L732t
2025 Lima, Aleska Trindade, 1996-
 Território, acessibilidade e resistência [recurso eletrônico] : relações
de poder e pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia (2010-2024)
/ Aleska Trindade Lima. - 2025.

Orientador: Jean Luiz Neves Abreu.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5056>
Inclui bibliografia.

1. História. I. Abreu, Jean Luiz Neves, 1973-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 23, PPGHI				
Data:	Vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	08:30	Hora de encerramento:	10:40
Matrícula do Discente:	12312HIS001				
Nome do Discente:	Aleska Trindade Lima				
Título do Trabalho:	Território, acessibilidade e resistência: Relações de poder e pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia (2010-2024)				
Área de concentração:	História, Cultura e Poder				
Linha de pesquisa:	Territorialidades, Cultura e Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Ciência, saberes e territórios				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores doutores: [Patrícia Rodrigues da Silva / UFAM](#); [Jorgetânia da Silva Ferreira / INHIS/UFU](#); [Jean Luiz Neves Abreu](#) orientador da candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Jean Luiz Neves Abreu, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

[Aprovada.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Presidente**, em 27/02/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Rodrigues da Silva, Usuário Externo**, em 27/02/2025, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorgetania da Silva Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6056267** e o código CRC **DEB3849D**.

Aos meus pais, Bete e Antônio, e aos meus irmãos, Marco Antônio e Richard, por serem meu abrigo e alicerce em todos os dias da minha vida. Às estrelas com deficiência que iluminam este mundo com a luz e energia necessária para territorializar cada vez mais territórios.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus e à espiritualidade amiga que me acompanha, por ter me dado inspiração e sabedoria para concluir este trabalho. Agradeço imensamente à minha mãe, Bete, por todo apoio e amor incondicional em todas as instâncias da minha vida, mas principalmente na acadêmica. Já são oito anos em que, nos dias letivos, você me arruma e me cobre de amor para ir à universidade. Agradeço ao meu pai, Antônio, por não medir esforços quando o assunto é estudo e por nunca ter deixado faltar nada para a nossa família. Agradeço ao meu irmão Marco por cuidar de mim e sempre trazer tanta alegria aos meus dias. Agradeço também ao meu irmão caçula, meu Pet favorito, Richard, por sempre me fazer companhia durante minhas leituras e me recepcionar com tanto amor na volta para casa depois das aulas.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, Maria Eduarda de Moraes por todo carinho e sensibilidade, Guilherme Mininel por toda sabedoria e generosidade e Milena Alves por todo cuidado e apoio incondicional. Este ciclo não poderia ter sido mais perfeito; vocês foram mansidão e fortaleza durante todo este período.

Agradeço, em especial, às duas pessoas que se fizeram presentes durante este último ano, nas minhas quartas-feiras, salvando-me da solidão que é a escrita acadêmica: Maria Antônia Soares Roberto, que se tornou minha irmã, uma amizade que quero levar para o resto da vida, e Guilherme Mininel, por tornar as quartas-feiras mais leves, compartilhando risos e ideias. Obrigada por terem me acolhido nas alegrias e, às vezes, em algumas incompreensões.

Agradeço ao Squad Raiz pelos poucos encontros anuais que temos, mas que ainda são regados de muitas alegrias. Em meio às turbulências acadêmicas, meu coração é de vocês: Yan Damasceno, Ian Gomes, Hellen Morizza e Jéssica Tiola.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Dr. Jean Luiz, por todo apoio, paciência e orientação, e por acreditar na minha pesquisa. Agradeço também a todos os professores da linha de Territorialidade, Cultura e Poder, por todo aprendizado ao longo destes dois anos.

Agradeço à minha amiga, a fada da minha vida, Professora Dr^a Maria Andréa Angelotti, por sempre me instigar a correr atrás dos meus sonhos e nunca duvidar do meu potencial. Agradeço à minha madrinha de formatura e amiga da vida, Professora Dr^a Jorgetânia Ferreira, por me inspirar a ser resiliente e enfrentar os desafios com coragem.

Agradeço ao Laboratório de Pesquisa em Cultura Popular e Vídeo Documentário (DOCPOP), em nome da Professora Dr^a Iara Toscano, por permitir que o laboratório fosse meu

refúgio durante o mestrado, um espaço seguro de trocas e discussões riquíssimas que contribuíram significativamente minha trajetória acadêmica.

Aproveito para agradecer aos secretários do Instituto de História, Luciana Lemes e Luís Augusto Mesquita, e à secretária do Programa de Pós-Graduação em História, Renata Andrade, por todo carinho, cuidado e paciência comigo.

Agradeço ao meu amigo, Professor Dr. Anderson Aparecido, por ter me apresentado à História com tanto entusiasmo e por ser uma presença constante e inspiradora durante a minha formação.

Agradeço à minha família por sempre estar ao meu lado, em especial à minha tia Daiane Graciele, aos meus padrinhos Maria Alda e Jorge, e aos meus tios Aparecido e Aparecida e minha tia Ivaneide.

Agradeço imensamente aos meus amigos Renato Prado e Natália Gomes, que sempre se fizeram presentes durante todo este percurso acadêmico do mestrado. A amizade de vocês é preciosa.

Agradeço também a três pessoinhas de muita importância na minha vida, minhas afilhadas Alice e Sophia Vitória e minha priminha Eloá Vitória. Vocês fazem meu coração transbordar de amor e felicidade.

Minha eterna gratidão a todos os entrevistados. Lembro-me de como, em pesquisas anteriores, era doloroso ouvir os relatos dos entrevistados frente ao capacitismo, principalmente por eu também ser uma pessoa com deficiência. Desta vez, com mais experiência e amadurecimento acadêmico e pessoal, pude sentir a força e a resistência em cada relato. Que as estrelas convidadas a participar desta pesquisa emanem luz a cada leitor.

Agradeço a Capes pelo financiamento; sem os recursos necessários, esta pesquisa não teria se desenvolvido.

E, por último, como de praxe, agradeço a mim mesma por ter resistido aos espaços permeados pelo capacitismo dentro da academia.

“Costumava pensar que eu era a pessoa mais estranha do mundo, mas então pensei que há muitas pessoas no mundo. Deve haver alguém que se sente estranho da mesma forma que eu. Então imagino como ela deve estar lá fora, pensando como eu. Espero que, se você estiver lá fora e ler isso, saiba que sim, eu estou aqui. Sou tão estranha quanto você”.

(Frida Kahlo)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as relações de poder no cotidiano das pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia, bem como a influência dessas dinâmicas nas mais diversas formas de territorialização. A investigação terá como base as experiências de pessoas com deficiência, que serão interpretadas por meio de entrevistas. Para além disso, o trabalho busca promover um diálogo interdisciplinar, para a compreensão das questões relacionadas à história, experiência e poder, através de uma perspectiva histórica. Por fim, por meio deste estudo, pretende-se discutir a lacuna existente nos estudos históricos sobre a temática da deficiência, destacando sua relevância para uma análise mais inclusiva e abrangente da sociedade.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; acessibilidade; experiência; poder.

ABSTRACT

This research aims to analyze the power relations in the daily lives of people with disabilities in the city of Uberlândia and their influence on various ways of accessing and interacting with the world. We will base these reflections on the experiences of people with disabilities, interpreting them through interviews. In addition, the study draws on interdisciplinary references to explore issues related to history, experience and power through a social historical perspective. Finally, this study aims to address the gap in historical studies on the topic of disability, highlighting its relevance for a more inclusive and comprehensive analysis of society.

Keywords: people with disabilities; accessibility; experience; power.

SUMÁRIO

Introdução	11
Sobre as estrelas	20
Síntese dos capítulos.....	22
Capítulo 1 – Territorializando história adentro: experiências do ser historiadora com deficiência.....	23
1.1 Aleijamentos Históricos	25
1.2 Saindo da sala de espera	31
1.3 Territorializar para aleijar.....	37
1.4 O movimento político das pessoas com deficiência: acessibilidade e direitos	43
Capítulo 2 – Questões Territoriais	47
2.1 Movimentos de desterritorialização e reterritorialização	48
2.2 Que território é esse?	52
2.3 A cidade exemplo de acessibilidade?	56
Capítulo 3 – Corpo e poder.....	60
3.1 O capacitismo	60
3.2 Corpo e poder	61
3.3 O corpo com deficiência.....	62
3.4 Corpos que resistem	68
Considerações finais	75
Legislações.....	78
Fontes orais	79
Fontes digitais	80
Referências bibliográficas.....	81

Introdução

A presente pesquisa tem como intuito analisar as relações de poder no cotidiano das pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia e a influência dessas relações nas mais diversas práticas de acessibilidade. Esta análise dá continuidade a um estudo realizado em escalas menores, que se aprofundou em pensar as pessoas com deficiência em diferentes espaços. Nesse sentido, pesquisas com pessoas com deficiência que versam sobre acessibilidade e inclusão podem parecer recorrentes. No entanto, o que torna esta pesquisa diferente de outras? Em primeiro lugar, o contexto urbano em que ela se insere, numa cidade que recebe o título de exemplo de acessibilidade. Em segundo lugar, a adoção de uma perspectiva histórica para pensar a deficiência. Cabe destacar que não desejo entender as regulamentações e técnicas das práticas de acessibilidade, mas, sim, compreender o sentido dessas práticas na subjetividade de cada pessoa com deficiência.

Para isso, o estudo se baseia nas experiências das próprias pessoas com deficiência, por meio de entrevistas. Compreendo que a acessibilidade e a inclusão, embora frequentemente sinalizada pelos órgãos normativos e midiáticos como voltadas apenas para as pessoas com deficiência, beneficiam toda a sociedade. Contudo, neste trabalho, optei por uma análise focada nas pessoas com deficiência, com o objetivo de explorar e visibilizar as mais diversas vivências na sociedade, especialmente na cidade de Uberlândia. Além disso, este trabalho vai ao encontro das novas perspectivas dos estudos da deficiência, nas quais “o foco das pesquisas deve mudar o olhar sobre a deficiência, deixando de buscar identificar supostas limitações e apontar para a circuncisão das barreiras que obstaculizam a participação social das pessoas com deficiência”¹.

Partindo para o contexto da pesquisa, a cidade de Uberlândia está localizada no interior de Minas Gerais, a 535,7 km de Belo Horizonte e a 590 km da cidade de São Paulo. De acordo com o IBGE de 2022, o Município tem 713.224 habitantes², mantendo-se como a segunda cidade mais populosa do estado, sendo conhecida como a “Capital da Logística”. A cidade, para além de se constituir como polo econômico, é também conhecida por oferecer um conjunto de serviços públicos, como atendimento de saúde e educação, que ainda não são oferecidos de forma satisfatória nas cidades do entorno e região. Em 2010, a cidade de Uberlândia foi

¹ GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. “Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social”. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Orgs.). *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 27.

² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama de Uberlândia*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2025.

considerada pela ONU como uma das 100 cidades do mundo exemplo de acessibilidade. No entanto, foi somente em setembro de 2015 que o título ganhou visibilidade, quando noticiado pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, sob o título “Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes”, seguido das linhas:

A luta da Associação dos Deficientes valeu a pena: Uberlândia, com 600 mil habitantes, tem rampas de acesso em todas as calçadas, terminais rodoviários, lojas e prédios públicos. Lá, cada projeto esquinas, no centro e nos bairros, sem distinção: 100% da frota de ônibus com elevadores para quem tem dificuldade de locomoção. Piso tátil para orientar deficientes visuais em novo de rua, prédio ou loteamento só é aprovado se tiver plano para facilitar a mobilidade dos deficientes.³

A experiência ganha espaço nesta pesquisa não só a partir dos entrevistados, mas também do território da historiadora que aqui disserta, moradora da cidade de Uberlândia e pessoa com deficiência. Como dizem Patricia Collins e Djamila Ribeiro⁴, “é preciso se autodefinir”. O historiador/a fala de um lugar, e isso implica em suas pesquisas e discussões.

Enquanto pessoa com deficiência, eu me via interpelada pelas questões apresentadas na reportagem e pensava como era possível ser moradora da cidade e não usufruir de todos os benefícios que foram ali citados. Todas essas experiências me influenciaram a pesquisar a inclusão e acessibilidade por um viés científico, histórico e social. Dessa forma, na minha monografia, uma das perguntas iniciais era entender se as pessoas com deficiência da cidade de Uberlândia concordavam ou não com o título de exemplo de acessibilidade. Ao longo da pesquisa, compreendeu-se que a acessibilidade pode ser experienciada de formas diferentes, por pessoas com deficiência diferentes. Logo, à medida que as entrevistas foram interpretadas, percebi a necessidade de uma acessibilidade que contemplasse múltiplos corpos e situações.⁵

Ainda sobre a monografia, constatou-se que a cidade de Uberlândia pode ser considerada “acessível” quando comparada a cidades menores e com menos recursos. Entretanto, os moradores com deficiência entrevistados compartilharam situações semelhantes de falta de acesso no cotidiano que os impedem de ocupar os espaços que desejam. Por outro lado, também observei que a falta de acesso e os estereótipos enfrentados atualmente por esse grupo são resultados de processos de invisibilização e silenciamento, reforçados pelas relações de poder. Nesse sentido, compreendo que pensar sobre as relações de poder e as pessoas com

³ REDE GLOBO. Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes. *Jornal Nacional*, 16 set. 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4478370/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

⁴ RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. P.35.

⁵ LIMA, Aleska. (In) *Visibilidades e experiência de pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia (2010-2022)*. 2022. F. 75. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. 2022. P. 66.

deficiência contribui com as discussões voltadas à emancipação desse grupo e à construção de uma sociedade anticapacitista. Além disso, essa análise também reforça a importância de produzir pesquisas **com** pessoas com deficiência, e não **sobre** pessoas com deficiência⁶. Durante muitos anos as pesquisas relacionadas às pessoas com deficiência eram monopolizadas pelas áreas médicas e por terceiros que consideravam essas pessoas apenas como objetos de pesquisa, uma perspectiva que vem mudando.

De acordo com a ONU, existem cerca de 1 bilhão de pessoas com deficiência no mundo⁷. No Brasil, esse número converge para 18,6 milhões, incluindo todos os tipos de deficiência. Essa parcela da população enfrenta, em seu cotidiano, inúmeras situações que prejudicam sua condição de cidadania, como o direito de ir e vir com autonomia e segurança, além do direito de estar ou ocupar os mais diversos espaços na sociedade, seja em postos de trabalho, no acesso à educação de qualidade, acesso à prática esportiva, à saúde, lazer, entre tantos outros⁸. O que quero dizer é que esses sujeitos enfrentam a falta de acesso em níveis arquitetônicos e atitudinais. É visível que esforços foram realizados para que certos tipos de inclusão fossem implantados na sociedade. No entanto, para que houvesse a necessidade de incluir, houve, também, situações precedentes de exclusão e segregação. Essas condições provocaram a invisibilização das pessoas com deficiência, um processo social e historicamente construído, que contribuiu para a demora da criação de políticas de acesso.

Como já dito, a deficiência é também considerada como um tipo de construção histórica e social permeada por estereótipos que têm como principal alvo o corpo com deficiência, além de mecanismos de controle, poder e padronização.⁹ Segundo Maciel “[...] quanto mais afastado do tipo padrão uma pessoa se apresentar, menos humana parecerá aos demais e, em consequência, menos direitos lhe serão garantidos.”¹⁰ Ainda hoje, mesmo com uma vasta legislação que, em tese, deveria viabilizar suas experiências cotidianas, esse grupo continua a

⁶ MORAES, Marcia. “PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual”. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

⁷ VASSIE, Rebecca. Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. *ONU News*, 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁸ BRASIL. *Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência*. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁹ MACIEL, Carolina Toschi. A construção social da deficiência. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos sociais, Participação e Democracia*, Florianópolis, v. 25, 2007. p. 167.

¹⁰ *Ibidem*, p. 163.

ser desconsiderado em diversas situações, sejam elas pessoais ou profissionais. Acredito que pensar as relações de poder em paralelo com as práticas de acesso contribui para o rompimento das abordagens capacitistas, e, também, traz visibilidade das potências desses sujeitos.

Sendo assim, a questão norteadora inicial desta análise era: de que forma as relações de poder se manifestam nas experiências de acesso das pessoas com deficiência moradoras da cidade de Uberlândia? Ao longo da pesquisa, identifiquei que, para além disso, se faz importante pensar sobre como as pessoas com deficiência têm encontrado meios de resistir às relações de poder e a falta de acessibilidade. Dessa forma, dediquei-me a investigar as relações de poder inseridas no cotidiano das pessoas com deficiência, reconhecendo-as enquanto sujeitos históricos, não passivos frente às opressões, em um contexto territorial específico: a cidade de Uberlândia. O contexto urbano proposto para esta pesquisa possibilita uma análise particular das relações de poder e acessibilidade. Além disso, trata-se de um estudo que não se restringe a pensar as normas e regras de acessibilidade, mas sim o seu sentido subjetivo e sensível.

Por um longo período, as pessoas com deficiência estiveram às margens da sociedade, cercada por invisibilidades, um quadro que vem sendo transformado por mudanças significativas, a partir do envolvimento de teóricos/as com deficiência de diferentes áreas, ampliando a temática. Logo, a História tem muito a ganhar com a inserção da deficiência como uma categoria analítica. A historiadora Joan Scott, ao escrever sobre a *Invisibilidade da Experiência*¹¹, destaca que “tornar um movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevalecentes e abre novas possibilidades para todos”¹². Portanto, visibilizar grupos historicamente vulnerabilizados, pensando nas pessoas com deficiência, nos proporciona a perspectiva de uma sociedade com mais oportunidade de acesso, tanto no âmbito *Atitudinal* quanto *Arquitetônico*¹³.

O principal objetivo, portanto, foi discutir essas relações e suas influências nas vivências e experiências de acesso das pessoas com deficiência entre os anos de 2010 e 2023, período em que o respectivo movimento obteve discussões significativas na mídia e legislações a partir das divulgações da mídia, órgãos públicos, políticos e outros que titulam a cidade de Uberlândia

¹¹ Débora Diniz, Anahí Mello, Fiona Campbell e Késia Almeida são alguns dos teóricos(as) que versam sobre esse conceito.

¹² SCOTT, Joan Wallach *et al.* A invisibilidade da experiência. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 16, p. 297-325, 1998.

¹³ *Ibidem*, p. 298.

como exemplo de acessibilidade¹⁴. No entanto, moradores/as com deficiência relatam nuances entre a vivência daquilo que é colocado como informação e a experiência de viver na cidade.

A metodologia desta pesquisa perpassou o levantamento de referências que embasam a temática dos estudos sobre deficiência, com autores de diferentes campos do conhecimento, em caráter interdisciplinar, como Sociologia e Antropologia. Exemplos disso são os nomes de Débora Diniz, Anahi Mello, Romeu Sassaki, entre outros. Paralelamente, também dialogamos com referências historiográficas e filosóficas, como M. Foucault, G. Deleuze, Eving Goffman e Le Breton, o que possibilitou a construção de diálogos dentro da linha de pesquisa proposta.

O estudo adota uma abordagem reflexiva, reunindo referências sobre a temática abordada, a fim de promover discussões que possam embasar a análise e a narrativa. Para Raphael Samuel, existe uma infinidade de fontes a serem estudadas em um projeto¹⁵, e é a partir dessa perspectiva que faremos a análise aqui proposta. Nesse sentido, reconhecendo as diversas possibilidades de fontes, optamos por um trabalho qualitativo com exploração nas fontes orais. A História oral é:

[...] é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o Estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de Entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do Presente.¹⁶

O uso das fontes orais é compreendido como uma possibilidade a partir do que afirma Bloch: “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele¹⁷”. Deste modo, conforme aponta Alessandro Portelli, a fonte oral é algo de muita significância, “as entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas¹⁸”.

¹⁴ No ano de 2010 a cidade de Uberlândia foi considerada exemplo em acessibilidade pela ONU. Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

¹⁵ SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 19, p. 219-242, 1989.

¹⁶ VERENA. Alberti. “Histórias dentro das histórias”. In: PINSKY, Carla Bassanezi *et. al.* (Orgs.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 156.

¹⁷ BLOCH. Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro; Revisão Técnica: Déa Ribeiro Fenelón. *Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História*, v. 14, p. 31, 1995.

Essa é, portanto, a abordagem realizada nesta pesquisa em relação às fontes orais. Nesse sentido, vale mencionar o que nos indica Portelli:

Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos.¹⁹

Dessa maneira, o uso das fontes orais pode tocar os mais profundos sentimentos e acionar memórias, possibilidades e expectativas que talvez sejam de suma importância para a análise. Sobre a História Oral, Alessandro Portelli também reconhece as fontes orais como um relevante meio de estudo, afirmando que “nos dá informação sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história é falha, ou distorcida.”²⁰ É nessa perspectiva que trabalharemos. Junto às fontes orais, será feito o uso de periódicos regionais e nacionais, acesso a bancos de dados estatísticos, como o Censo e o IBGE, e o conjunto de legislações referentes às políticas públicas inclusivas.

Com isso em mente, entrevistei quatro pessoas com deficiências diversas, moradoras da cidade de Uberlândia, em bairros e ocupações da cidade. Todas foram selecionadas a partir dos fluxos sociais instaurados através das minhas experiências. Dentro de uma rede de pessoas com deficiência, foram escolhidas aquelas pessoas que possuem experiências diversas na cidade para que pudesse haver um panorama geral dos enfrentamentos e de como as relações podem ser percebidas, analisadas e compreendidas por pessoas com diferentes demandas e atuações na sociedade e na cidade. Foi, ainda, uma abordagem de compreensão das experiências de vida e de enfrentamentos aos desafios. Outros entrevistados poderiam ter sido eleitos para a coleta e, provavelmente, haveria outros temas e possibilidades de abordagem das entrevistas, entretanto, as quatro experiências, assim como as demais já coletadas em pesquisa anterior, foram significativas e contundentes na abordagem feita. Além disso, por se tratar de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório em um curto período de duração, um número menor de entrevistados é suficiente.

O objetivo foi compreender as relações sociais em que se encontram inseridas e suas potenciais subjetividades dentro desse contexto. Para a realização desta pesquisa, foi utilizado um roteiro de entrevista baseado nos estudos direcionados da História oral. O roteiro foi constituído por perguntas abertas, com a finalidade de conseguir explorar os relatos e construir

¹⁹ *Ibidem*, 31.

²⁰ *Ibidem*, p. 35.

uma análise diversa da questão. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, em diferentes locais da cidade, preferencialmente na residência dos entrevistados, para que se sentissem mais confortáveis para participar da pesquisa. As entrevistas foram estruturadas a partir de um roteiro com perguntas de diferentes eixos: foi perguntado sobre a rotina dos entrevistados, quais lugares frequentam na cidade, lugares de lazer, as experiências dentro das profissões que cada um exerce, momentos marcantes na vida de cada um, também foi perguntado entrevistados se sentiam contemplado pelas políticas públicas sociais voltados para as pessoas com deficiência, também foram indagados sobre o que é acessibilidade para cada um. Paralelo a isso, também foi feita uma ficha de identificação de cada entrevistado com: nome fictício; tipo de deficiência; profissão; idade; gênero: sexualidade; autodeclaração em relação a etnia; região que mora da cidade; religião. A partir desta ficha foi feita uma sistematização de dados em planilha.

Desse modo, se faz importante esclarecer algumas especificidades da metodologia de história oral junto às pessoas com deficiência. Como já mencionado, as pessoas com deficiência, por muitos anos, foram mortas, institucionalizadas e segregadas por não corresponderem a um padrão corporal considerado por muitos como “normal”. Pelo mesmo motivo, suas histórias e experiências foram invisibilizadas. Nesse contexto, a história oral possibilita, não só a este grupo, mas a outros que também enfrentam diferentes formas de opressão, uma compreensão das questões sociais que se colocam em suas experiências a partir de suas próprias narrativas.

Tem-se em mente que todo processo de investigação, a partir da metodologia de história oral, demanda um projeto de pesquisa, “é uma condição para qualquer boa pesquisa, principalmente com entrevistas”²¹. É a partir do projeto que delimitamos o número de entrevistados, os critérios de inclusão e exclusão, entre outros detalhes. Mas, pensando especificamente nas pessoas com deficiência, precisei me atentar a algumas questões: todos os entrevistados teriam em comum a mesma deficiência? Ou se eu, enquanto pesquisadora, buscava uma exploração maior de determinado fato, abrangendo deficiências diversas? Como garantir a acessibilidade comunicacional durante a entrevista? Seria necessário a utilização de recursos de acessibilidade, como, por exemplo, intérprete de libras? No local proposto para realização da entrevista haveria acessibilidade arquitetônica, tanto para mim quanto para o entrevistado? Todas essas questões constaram em meu planejamento das entrevistas. Quando

²¹ MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabiola. *História oral; como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto. 2011. P. 43.

necessário, recorri ao próprio entrevistado sobre quais procedimentos deveriam ser adotados para garantir o maior conforto possível durante a entrevista. As estratégias de acessibilidade devem ser tomadas à medida que se delimita os entrevistados. Como já dito, optei por uma análise diversificada, o que justificou a escolha de deficiências diferentes.

No mesmo sentido, enquanto historiadora-pesquisadora, me atualizei sobre as terminologias e conceitos referentes ao grupo. Pensando mais especificamente na prática, ao realizar as entrevistas, segui todos os princípios da história oral, como a escuta ativa, sensível e respeitosa. Tanto na construção do projeto quanto na prática das entrevistas e em suas análises, foi preciso me dedicar a algumas situações. A primeira delas é que sabemos a infinidade de deficiências existentes; nesse sentido, as construções dos roteiros e as análises também são diversas. Por isso, devemos levar em conta a interseccionalidade entre essas pessoas. Uma mulher com deficiência vive uma experiência diferente de um homem com deficiência; uma mulher negra com deficiência vive uma experiência diferente de uma mulher branca com deficiência, e assim por diante. É importante ter em mente que, apesar do uso de roteiros para realização das entrevistas, o processo deve ser flexível e livre de formalidades. Oportunizamos a análise deste campo, juntamente com as relações sociais que as pessoas com deficiência produzem em nossa sociedade, o que também se torna uma ocasião riquíssima para estudos e desdobramentos da história e do poder.

De acordo com o Censo, no Brasil existem cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência²², que enfrentam em seu cotidiano o capacitismo em diversas formas e aspectos²³. Isso significa que milhões de pessoas são impedidas de ocupar espaços e exercer sua cidadania devido à ausência de meios que sejam sensíveis à diversidade humana, demonstrando como as relações de poder e as desigualdades sociais se mantêm presentes nesse grupo e sobre ele. É importante sinalizar que com o avanço dos estudos sobre deficiência, novas compreensões surgiram, e, hoje, a deficiência compreendida como:

[...] um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de

²² De acordo com Romeu Kazumi Sassaki, popularmente conhecido como pai da inclusão no Brasil, a acessibilidade tem diversas dimensões como as aqui citadas: Atitudinal, Arquitetônicas e outras como metodológica e comunicacional. VER: SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar.-abr. 2009.

²³ Capacitismo é o termo usado para nomear os preconceitos dirigidos às pessoas com deficiência.

reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais.²⁴

É importante sinalizar que todos os direitos e as legislações referentes à inclusão de pessoas com deficiência são frutos de uma luta coletiva iniciada na década de 1970/80 pelas próprias pessoas com deficiência. Contudo, mesmo com o inegável envolvimento desse grupo frente às legislações de políticas inclusivas, tais legislações são criadas e normatizadas a partir de uma lógica corponormativa²⁵.

Foucault, em *Vigiar e Punir*, apontou que o corpo está diretamente mergulhado num campo político: “[...] as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas os investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam, a trabalhos, obrigam, a cerimônias, exigem-lhe sinais”²⁶. Assim, entendo que as relações de poder presentes em nossa sociedade detêm perspectivas controversas do que é a deficiência, permanecendo culturalmente imersas nos mecanismos de padronização e normalização de corpos. Tais modos de dominação prejudicam e impedem as mais diversas formas de acesso. Dessa forma, podemos compreender que as práticas de poder, além de impedir e determinar corpos, contribuem para sua exclusão, como afirmam Amato, Carvalho e Gesser:

Impedir um corpo dissidente de continuar existindo, colaborar para a manutenção de ambientes inóspitos ou tirar literalmente a vida desse corpo, é a reparação final da sociedade capitalista. Se não é possível corrigir a lesão, nem o gênero, nem a sexualidade, nem a cor, a forma ou o tamanho, a solução é que aquele corpo deixe de existir.²⁷

A presente pesquisa busca contribuir para que as diferenças sejam reconhecidas, possibilitando a construção de um acesso efetivo. Nesse sentido, encobrir, normalizar e padronizar eventuais características e diversidades nos leva a uma pseudo-inclusão. Propomos explorar este campo, analisando as relações sociais estabelecidas pelas pessoas com deficiência em nossa sociedade, o que representa uma oportunidade valiosa para aprofundar estudos e reflexões sobre história e poder.

²⁴ MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 635-655, 2012.

²⁵ A corponormatividade diz respeito a todos os corpos que rompem com o “ideal” normativo imposto pela sociedade.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1987, p. 25.

²⁷ AMATO, Bruna; CARVALHO, Lina Ferrari de; GESSER, Marivete. As teorias queer e Crip no rompimento das epistemologias hegemônicas da Psicologia. *Revista interamericana de psicologia/Interamerican journal of psychology*, v. 56, n. 3, p. 12-?, 2022.

Sendo assim, a investigação das relações de poder em território urbano é direcionada para o estudo específico da cidade que, de acordo com Bresciane:

Se constitui em observatório privilegiado da diversidade; lugar estratégico para se aprender o sentido das transformações, no primeiro passo, e logo em seguida a semelhança de um laboratório, para que se definam e se apliquem estratégias de controle e intervenção.²⁸

Além da diversidade e das transformações mencionadas por Bresciani, a cidade pode ser compreendida também como um espaço de controle e intervenção, inclusive nas ações de políticas públicas inclusivas. Essa perspectiva permite refletir sobre os múltiplos significados de território: o território da historiadora, o território dos entrevistados, e o da própria pesquisa.

As práticas de controle e intervenção são experienciadas em diferentes territórios, sendo vivenciadas como formas de opressão por diversos grupos e em variadas situações, incluindo a falta de acesso a espaços e iniciativas. Podemos ir além. Piccolo, no prefácio do livro *Um pensar sociológico da deficiência*, diz:

A maneira como o fenômeno das deficiências se manifesta deixa claro que não se trata de um problema decorrente de alguma condição constitucional diferenciada de algumas pessoas. Mais do que isso, decorre da maneira como cada sociedade lida com a presença de pessoas com tal características²⁹

Entendo que ao dar visibilidade às experiências das pessoas com deficiências, buscamos contribuir para uma sociedade anticapacitista.

Sobre as estrelas

Início agora uma breve apresentação dos quatro entrevistados/as. As estrelas, embora distantes e nem sempre lembradas no cotidiano, desempenham papéis essenciais para os habitantes terrestres – seja guiando sujeitos no espaço-tempo histórico ou sendo incorporadas em diferentes culturas e tradições. Cientificamente, as estrelas são fontes de energia, fornecendo luz e calor necessários para diferentes planetas, como a Terra. Dito isso, inspirada pelo cosmos, optei por pseudônimos baseados em estrelas e constelações, acreditando que suas narrativas e experiências possam iluminar e fornecer a energia necessária para o rompimento de processos históricos capacitistas que ainda permeiam nossa sociedade.

O primeiro entrevistado a ser apresentado é Órion, um homem cis, branco, gay, solteiro, residente da região leste da cidade de Uberlândia. Ele mora com seus pais e irmão. Há cinco anos, trabalha como servidor público na Universidade Federal de Uberlândia. Órion tem 30

²⁸ BRESCIANE, Stella. *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. São Paulo: Alameda, 2018.

²⁹ PICOLLO, Gustavo Martins. *Um pensar sociológico da deficiência*. Curitiba: Annris, 2015.

anos e vive em Uberlândia desde que nasceu. Sua deficiência é visual, caracterizada como cegueira total, e foi adquirida. Além de servidor público, Órion acaba de ingressar no doutorado em estudos linguísticos. Tem como *hobby* especial a música, ele canta e toca alguns instrumentos como piano e violão.

A próxima estrela a ser apresentada é a Maia, uma mulher de 49 anos, que se locomove através de cadeira de rodas. Ela é uma mulher parda, cis, heterossexual, solteira, sem filhos, residente da região leste da cidade de Uberlândia. Até o momento da entrevista, Maia morava com um amigo de longa data. Maia trabalha como digital influencer e sonha em seguir carreira como cantora.

O nosso terceiro entrevistado é Sirius, um homem cis, negro, heterossexual, de 45 anos. Ele é casado, tem dois filhos e reside em um bairro periférico localizado na região leste. Sirius é para-atleta da equipe de halterofilismo da cidade de Uberlândia. Sua deficiência física foi adquirida após ser atingido por um projétil de arma de fogo, e ele se locomove através de cadeira de rodas.

Por fim, o quarto entrevistado é Sol, que também tem uma deficiência física adquirida, ocasionada por um surto de poliomielite durante a infância. Atualmente, ele experiencia a vida através de uma cadeira de rodas. Sol nasceu e cresceu na cidade de Uberlândia, tem 61 anos, é casado e tem um filho. Ele ocupa um cargo acadêmico importante na Universidade Federal de Uberlândia.

Considero importante a abertura de um breve espaço de diálogo para mais uma estrela, talvez não tão protagonista e brilhante como as outras, mas com a energia necessária para contar **nossas** histórias. Afinal, a historiadora que aqui escreve também é pessoa com deficiência e moradora da cidade. Sou residente da cidade de Uberlândia desde que nasci, tenho 28 anos e moro em um bairro periférico da cidade. Possuo deficiência física, ocasionada por uma doença degenerativa, me levando experienciar a vida por meio de uma cadeira de rodas desde os 14 anos. Confesso que, antes do período que data minha utilização da cadeira de rodas, pouco me chamavam atenção temas como acessibilidade e inclusão. Eu sequer tinha conhecimento do título da cidade. No entanto, ao me deparar com os desafios cotidianos para realizar atividades simples, senti não só o desejo, mas a necessidade de compreender esse novo mundo. Instigada pelas notícias da mídia e até mesmo da prefeitura da cidade sobre o título de acessibilidade, me vi compelida a me inteirar melhor sobre tais temáticas, visto que minha experiência na cidade era muito diferente do que era exposto por tais meios. Dessa forma, minha entrada na academia possibilitou aprofundar de maneira teórica em tais discussões e me permitiu conhecer novas

estrelas dispostas a compartilhar suas vivências, enriquecendo ainda mais o olhar sobre acessibilidade e inclusão.

Síntese dos capítulos

As experiências, as narrativas e o contato com as histórias de vida de pessoas com deficiência que vivem em Uberlândia, aliadas aos questionamentos e inquietações desta historiadora, oportunizaram as discussões e análises que foram organizadas em 3 capítulos.

No primeiro capítulo, parto de minhas próprias experiências na academia para instaurar uma discussão sobre a escassez da temática da deficiência na história enquanto ciência humana. Proponho formas de territorializar o campo por meio de uma História Aleijada, entendendo a deficiência como um movimento marginalizado por um longo período nas ciências humanas, mas com imenso potencial de compreensão das relações de poder, exclusões e o capacitismo. Meu objetivo não se baseia apenas em compreender como a história pode contribuir com a temática, mas também refletir sobre o que a História perde ao não incluir a deficiência como uma categoria analítica. Tais discussões aconteceram com bases bibliográficas tanto da história quanto dos estudos da deficiência.

O segundo capítulo trata da relação entre território e deficiência, abordando os conceitos de desterritorialização e reterritorialização propostos por Gilles Deleuze e Félix Guattari. O estudo busca pensar especificamente como as pessoas com deficiência procuram por territórios que os acolham afetivamente e estruturalmente. Em seguida, apresento uma análise dedicada à cidade de Uberlândia, utilizando fontes variadas, como a reportagem de 2015 do *Jornal Nacional*, intitulada “Uberlândia é exemplo acessibilidade para pessoas com deficiência”, além de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e estratégias de marketing relacionadas à população com deficiência. Junto a essas fontes, as narrativas dos entrevistados também contribuem para a análise.

O terceiro e último capítulo teve como intuito analisar e discutir a relação entre corpo e poder, pensando especificamente os corpos com deficiência. Para isso, foi apresentado o conceito de capacitismo e a importância de nomeá-lo, bem como sua forma estrutural de operar em todas as esferas sociais em que as pessoas com deficiências se fazem presente. Além disso, foi exposto um histórico dos corpos considerados fora do padrão ao longo da humanidade. Por fim, o capítulo aborda como os corpos com deficiência têm avançado na recusa da compreender a deficiência como tragédia e têm encontrado meios de autovalorização dos seus corpos através

de movimentos culturais, como forma de romper a ideia tradicional de corpo. O último tópico, intitulado “Corpos que resistem”, teve como foco a análise e discussão das potencialidades dos entrevistados e das entrevistadas diante das relações de poder, rompendo com a estigmatização do sujeito com deficiência e visibilizando-o. A ideia é demonstrar que, apesar das estruturas corponormativas da sociedade e das relações de poder, as pessoas com deficiência têm encontrado meios de resistir e territorializar, tornando seus os mais variados espaços.

Capítulo 1 – Territorializando história adentro: experiências do ser historiadora com deficiência

Este capítulo busca apresentar um relato experienciado sobre a escassez da temática da deficiência no campo historiográfico como categoria analítica, além de explorar os possíveis motivos para essa ausência. Também proponho tensionar uma “História aleijada”, a partir dos pressupostos da Teoria Crip, e alguns apontamentos teóricos que sustentam essa perspectiva.

É sabido que o conceito de território possui diferentes abordagens³⁰, bem como sua apropriação em distintos campos e pesquisas, seja em sua disposição física e material, seja no aspecto simbólico e afetivo. Nesse sentido, este capítulo pode ser compreendido como uma forma de territorializar. Claude Raffestin³¹ explica no livro *Geografia do Poder*³² que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”³³. Ao territorializar, criamos vínculos, identificações e, acima de tudo, exercemos relações de poder. Com base nos estudos de Deleuze e Guattari, Haesbaert e Bruce³⁴ argumentam que “o pensamento se faz no processo de desterritorializar”³⁵. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação e para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro”³⁶. Além disso, como propôs Jorge Larrosa Bondía “pensar não é somente ‘raciocinar’ ou ‘calcular’ ou ‘argumentar’, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece”³⁷. Dessa forma, este capítulo tem como premissa desterritorializar a partir de um movimento de ruptura dentro do campo historiográfico, abrindo espaço para novos agenciamentos e abordagens, como a inclusão do campo de estudos da deficiência.

³⁰ SAQUET, Marcos. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 56, jan.-jun., 2007.

³¹ Claude Raffestin é um geógrafo suíço cujo trabalho aborda principalmente questões relacionadas à territorialidade, além de dialogar com os conceitos de poder desenvolvidos por Michel Foucault.

³² RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

³³ *Idem*, p. 143.

³⁴ HAESBAERT, Rogério; RODRIGUES, Glauco Bruce. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 16, 21 set. 2002.

³⁵ Movimento pelo qual se abandona determinado território.

³⁶ *Idem*, p. 9.

³⁷ BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução: João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 21, jan.-abr., 2002.

1.1 Aleijamentos Históricos

Nas últimas décadas, houve um aumento nas discussões acadêmicas referente a grupos historicamente marginalizados. Isso se deve, principalmente, à territorialização de sujeitos pertencentes a esses grupos na academia e o desejo de se tornarem autores de suas histórias, em vez de objetos de estudo. Nesse contexto, “o público consumidor e as formas de se escrever história”³⁸ e produzir ciência tem se modificado, a exemplo disso, um de nossos entrevistados, Órion, que possui deficiência visual, relata um pouco das temáticas de suas pesquisas: “textos alternativos, as tecnologias digitais e audiodescrição na escolarização de pessoas com deficiência visual [...] E agora no doutorado eu vou focar só na audiodescrição”³⁹. É interessante observar como sua experiência com a deficiência visual tem influenciado suas pesquisas acadêmicas.

Vale destacar que algumas correntes historiográficas, como a história social inglesa de Edward Palmer Thompson e a história vista de baixo de Jin Sharpe, assim como a Escola dos Annales, contribuíram significativamente para a ampliação de métodos, fontes e novos objetos de estudo na historiografia. Marc Bloch, ao afirmar que “a diversidade dos testemunhos históricos (*sic*) ser quase infinita”⁴⁰, aponta para essa abertura. No entanto, apesar desse avanço, especialmente em relação a novas perspectivas de estudos voltados para as camadas populares e marginalizadas, os estudos sobre deficiência não se consolidaram no campo historiográfico. É legítimo perceber que, até certo ponto, essas correntes podem ter impulsionado pesquisas com vieses subjetivos e gerado algumas breves discussões sobre deficiência, mas essas abordagens não se perpetuaram na historiografia.

Cabe aqui expor os motivos que me levaram a abordar esse tópico. Durante a graduação, foram raras as ocasiões em que discutimos a deficiência e os temas relacionados, mesmo em disciplinas voltadas para a licenciatura. Quando essas discussões aconteciam, eram provocadas por mim ou pelo meu grupo de amigos mais próximos, de maneira quase instintiva, nas disciplinas de estágio supervisionado. Sempre notei um certo desconforto por parte dos professores em tratar essa temática. Com o amadurecimento acadêmico, compreendi que isso

³⁸ PEREIRA, A. K. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 483, 2021. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1719>. Acesso em: 21 jan. 2025.

³⁹ ÓRION. Entrevistado 1. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 12 de janeiro de 2024, na residência do entrevistado.

⁴⁰ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79.

se dava, em grande parte, por não saberem trabalhá-la e ao medo de utilizar conceitos e referências equivocadas, talvez até por medo de serem capacitistas.

Quando defini, durante a Iniciação Científica, que pesquisaria a temática da deficiência, deparei-me com um vazio de referências bibliográficas no campo da historiografia. Por outro lado, existiam referências principalmente nos campos da antropologia, da sociologia e da psicologia. A partir dessa lacuna, boa parte das pesquisas que desenvolvi até o momento, como a Iniciação Científica, a Monografia e, agora, a Dissertação, foram permeadas pelo diálogo com essas áreas do conhecimento. Mesmo que a passos lentos, busco compreender melhor a temática da deficiência a partir de uma perspectiva histórica, incorporando essa abordagem nos trabalhos e discussões realizadas ao longo do mestrado, a fim de visibilizar a questão. Tudo isso reconhecendo que a “academia [...] reproduz e retroalimenta o capacitismo de nossa sociedade”⁴¹.

Além dessa tomada de poder sobre algumas temáticas pesquisadas, uma nova perspectiva tem rondado esses grupos: a de “pesquisar **com** o outro, e não **sobre** o outro”⁴². As pessoas com deficiência fazem parte de um desses novos grupos que vêm se inserindo na academia⁴³. Por mais que se tenha notado um aumento no número de matrículas de pessoas com deficiências a partir de 2017, ano em que foi instituída a Lei de Cotas⁴⁴, essas pessoas já ingressavam nas instituições de ensino superior em períodos anteriores e enfrentavam constantes barreiras para sua permanência no território acadêmico e científico. Entre nossos entrevistados, dois têm ocupado espaços na academia e relataram um pouco de suas experiências. Nosso entrevistado Sol narra a conversa que teve com a coordenadora de um curso de graduação da UFU em 1989: “Desiste do curso, você vai ter que ser carregado, porque não

⁴¹ ANGELUCCI, Carla Biancha; SANTOS, Luciana Stoppa dos Santos; PEDOTT, Luciana Gomes Ornelas. “Conhecer é transformar: notas sobre a produção implicada de modos anticonceptivos de habitarem a universidade”. In: *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social*. GESSER, Marivete et. al. (Orgs.), Curitiba: CRV, 2020. P. 56.

⁴² MORAES, Márcia; TSALLIS, Alexandra Cleopatre. Contar Histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Revista Polis e Psique*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 46, 2016.

⁴³ O Censo da Educação Superior do ano de 2021 registrou a matrícula de 63.404 alunos com deficiência, que representam de apenas 7% do total de matriculados. É notável o aumento de matrículas de pessoas com deficiência em relação ao ano anterior, 2020, onde foram registradas 55.829 matrículas. No entanto, também devem ser analisados os métodos de coleta de dados referentes às pessoas com deficiência. O número de matrículas de pessoas com deficiência tende a ser maior.

⁴⁴ BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições de ensino superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2016.

tem como fazer a troca com a Geografia, porque a Geografia no térreo tem laboratório e não tem como passar os laboratórios para o piso do primeiro andar, então é muito difícil”.⁴⁵

Sol fez questão de nos narrar sua reposta à coordenadora: “não desisti, falei ‘eu posso ser carregado’, então era carregado todo dia”⁴⁶. O relato indica as condições e os enfrentamentos que as pessoas com deficiência vivenciaram em diferentes períodos históricos, desde o desestímulo à inclusão até a luta pela permanência nos espaços públicos, especialmente nos espaços formais de educação e formação. Embora o fato narrado remonte a pelo menos duas décadas, essa história despertou algumas memórias da minha própria experiência na graduação. Lembro-me que nos primeiros meses de aula, trocávamos frequentemente de sala, sendo que as salas onde nossas disciplinas eram ministradas se encontravam no segundo piso do prédio e o elevador nunca funcionava. Hoje sei que de forma alguma eu tinha culpa naquilo, mas recordo com clareza a imensa sensação de desconforto causada pelo transtorno de deslocamento.

Órion, nosso outro entrevistado, antes de adentrar nos estudos linguísticos, graduou-se em Estatística na UFU. Ele nos conta que foi um momento complicado, visto que foi o período em que começou a perder a visão do olho que ainda não havia sido comprometido por sua condição: “Na estatística foi complicado, porque, de início, até o próprio coordenador falou que eu deveria desistir do curso, porque ele achava que seria impossível uma pessoa cega fazer um curso de exatas. Como era a concepção de muitos outros professores ali”⁴⁷. Órion afirma: “Não quis desistir, mas eu passei por muita situação de preconceito a ponto de professor falar para mim, desistir mesmo, da disciplina”⁴⁸. Ambos os entrevistados concluíram seus cursos de graduação, mesmo em contextos que reforçavam – e ainda reforçam – o capacitismo estrutural presente em toda a sociedade. No entanto, é possível perceber como Sol e Órion resistiram a esses ambientes e às pessoas que tentaram determinar onde seria o lugar deles. Outro detalhe importante a ser mencionado sobre a entrevista de Sol é que, ao narrar sua trajetória de vida, que está quase instantaneamente ligada à sua vida acadêmica, ele observa: “você sabe quando nós somos lembrados? Quando nós estamos em sala, porque aí nós somos um problema para eles tá, eu sou um problema, eu sou um problema né para (*****), você é um problema para

⁴⁵ SOL, Entrevistado 4. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 19 de fevereiro de 2024, no local de trabalho do entrevistado.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ ÓRION. Entrevistado 1. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 12 de janeiro de 2024, na residência do entrevistado

⁴⁸ *Idem*.

(****)⁴⁹”. Embora já tenha sido mencionado, reforço aqui a peculiaridade das entrevistas realizadas para esta pesquisa. O fato de eu ser a pessoa com deficiência e o entrevistado também o ser, transformou a entrevista em um momento mútuo, rico em sensibilidades.

Ao refletir sobre como esse grupo tem ocupado as universidades, evidentemente nem todas as pessoas com deficiência inseridas na academia se inclinam a pesquisar a deficiência, como é o caso do entrevistados Órion e o meu. No entanto, afirmo que grande parte dos teóricos da deficiência nas ciências humanas são pessoas com deficiência, e aqui me incluo. O historiador/a, assim como outros pesquisadores/as, é movido por anseios; ele/a parte de um lugar social, de uma experiência de pertencimento, o que inevitavelmente influencia suas pesquisas e discussões. Concordo com o historiador Antoine Prost, quando afirma que “a questão do historiador não é ingênua”⁵⁰.

Nesse sentido, é importante sinalizar a existência de uma área de estudos multidisciplinar, chamada Disability Studies, que se desdobra a desenvolver estudos e discussões sobre a deficiência. O Disability Studies tem como objetivo “estudar sua condição como um fenômeno social, cultural e político”⁵¹, desafiando as perspectivas médicas e pedagógicas que dominaram essa temática até as décadas de 1970 e 1980. De acordo com Mello, Nuernberg e Block⁵², algumas das vertentes dos estudos da deficiência emergiram dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na Inglaterra, nos Estados Unidos e em alguns países nórdicos.

O período em questão foi marcado por diversos movimentos sociais que reivindicavam direitos, autonomia e liberdade. Eder Sader, em seu livro *Quando novos personagens entraram em cena*, aborda a respeito o período de 1978 a 1985, afirmando que “a novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sobre forma de imagens e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos”⁵³. Nesse contexto, podemos observar que a percepção acerca da deficiência adquire diferentes olhares

⁴⁹ SOL, Entrevistado 4. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 19 de fevereiro de 2024, no local de trabalho do entrevistado.

⁵⁰ PROST, Antonie. “A questão do Historiador”. In: PROST, Antonie. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 75.

⁵¹ PICOLLO, Gustavo. *Um pensar sociológico da deficiência*. Curitiba: Annis, 2015. p. 15.

⁵² MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. “Não é o corpo que nos descapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos da deficiência no Brasil e no mundo”. In: SHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves (Orgs.). *Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. Ponta Grossa: Editora da UEPG. 2014. p. 93.

⁵³ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 26.

ao longo do tempo, o que explica a existência de diferentes modelos de deficiência. É importante citar os modelos mais clássicos e conhecidos. Destaco ainda que, conforme Mello, Nuernberg e Block⁵⁴ apontam, podem existir diferentes versões de um mesmo modelo, os quais serão descritos a seguir.

Com a ascensão do capitalismo, da ciência e da medicina, impulsionada pelas Revoluções Burguesa e Industrial, nos séculos XVII e XVIII, o indivíduo passou a ser visto de novas formas. Foucault, em *Microfísica do poder*, ao analisar o nascimento da medicina social, afirma que o “capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário”⁵⁵. Desse modo, o autor ainda enfatiza como o controle da sociedade age sobre os indivíduos:

não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.⁵⁶

Dessa maneira, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como indivíduos não produtivos, que oneram a sociedade no que se refere ao seu sustento e manutenção. O modelo médico surge, então, com possibilidades curativas e normalizantes. Neste modelo

Se centralizam na cura ou medicalização do corpo deficiente. Aqui a deficiência vista como incidente isolado, uma condição anômala de origem orgânica e um fardo social que implica em gastos com reabilitação ou demanda de ações com viés qualitativo-assistencialista.⁵⁷

Discurso agora sobre o modelo social da deficiência, um significativo marco para esse grupo. Esse modelo surge com a emergência de expandir a temática da deficiência para além da área médica. Teve seu início entre as décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos, Inglaterra e alguns países nórdicos, sendo formado principalmente por pessoas com deficiência. Para o modelo social “a deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”⁵⁸. Tal modelo social desejava responsabilizar o Estado pelos enfrentamentos e opressões vivenciados pelas pessoas

⁵⁴ MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela, *Op. Cit.*, p. 92.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 80.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. *Op. Cit.*, p. 92.

⁵⁸ DINIZ, Débora. *O que é deficiência?*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 9.

com deficiência. Ou seja, a falta de acessibilidade enfrentada por essas pessoas decorria “de organizações sociais e políticas pouco sensíveis à diversidade corporal”⁵⁹ e não dos seus corpos.

Os modelos sociais da deficiência inauguraram os estudos relativos ao tema “com uma perspectiva histórico-materialista”⁶⁰, adquirindo, depois da década de 1990, contribuições dos estudos feministas e *queer*. No Brasil, os estudos da deficiência emergiram dos movimentos sociais a partir da década 1970, “os primeiros pesquisadores brasileiros a apresentarem formulações de cunho eminentemente social da deficiência vieram das áreas da Educação e da Psicologia, ressaltando- se algumas poucas exceções de outras áreas”⁶¹.

Hoje, as abordagens da deficiência ainda são incipientes em muitas áreas das ciências humanas, talvez por ainda ser “considerado periférico e distante demais por parte da comunidade acadêmica”⁶². Felizmente, alguns campos têm se dedicado a entender a multiplicidade da deficiência enquanto um processo histórico, antropológico, social e psicossocial, com pesquisas nas áreas de antropologia, sociologia e psicologia e pedagogia, abrindo perspectiva para que outras áreas do conhecimento também se beneficiem de tais debates. Sendo assim, enquanto historiadora com deficiência, percebo certa incipiência no campo da História, no Brasil, em tratar a temática. Ou seja, a escassez de abordagens sobre o tema como uma categoria analítica, talvez por ainda não ser reconhecida como um processo importante da sociedade, ou, como afirmou a antropóloga Débora Diniz, porque a deficiência não se desligou totalmente da autoridade biomédica⁶³.

No Brasil, o tema da deficiência não foi interesse de sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, filósofos e historiadores até a segunda metade do século XX. As Ciências Sociais brasileiras por muito tempo abdicaram deste objeto de estudo, deixando nas mãos da Medicina e, posteriormente da Educação e da Psicologia, tudo o que fosse relacionado às pessoas com deficiência.⁶⁴

Contudo, tenciono que é chegado o momento de “aleijar” a História. “Aleijar” é um termo usado, principalmente, pela antropóloga Anahí Guedes de Mello e pelo sociólogo Marco Antonio Gavério, aqui no Brasil, para se referir à descolonização do pensamento hegemônico da deficiência, no sentido de deformar, contundir e fissurar suas estruturas dominantes.

⁵⁹ *Idem*, p. 17.

⁶⁰ MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. *Op. Cit.*, p. 93.

⁶¹ MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. *Op. Cit.*, p. 96.

⁶² MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

⁶³ DINIZ, Débora. *Op. Cit.*, 11.

⁶⁴ MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. *Op. Cit.*, p. 93.

Refletindo além do uso proposto pelos teóricos da deficiência, é relevante observar que a palavra “aleijado” foi, durante muitos anos – e ainda é, em certa medida – utilizada para referenciar pessoas com deficiência. O dicionário, inclusive, ainda hoje tem como definição da palavra aleijado: “quem tem alguma deformidade ou mutilação física; pessoa que por razão de um acidente ou causa natural tem uma deficiência”⁶⁵.

Autores como Anahi Guedes e Marco Gavério têm se dedicado a discutir, no Brasil, a Crip Theory, ou “Teoria Aleijada”. Gesser e Moraes discorrem que a Crip Theory, desenvolvida pelo autor Robert McRuer, foi influenciada pela Teoria Queer.

Essa teoria aleijada propõe um questionamento sobre a exclusão do capacitismo⁶⁶ da matriz de discriminação interseccional das teorias *queer*, feministas e decoloniais⁶⁷. Dito isso, proponho neste tópico uma breve introdução ao processo de “aleijar” a história, partindo do entendimento de que a deficiência é cerceada pela disciplina, tanto como categoria analítica quanto como movimento social importante. Além disso, pretendo discutir sobre os motivos que levam a História a não dialogar de forma consistente com tal temática, como o faz com outras opressões, e apresentar possibilidades para tensionar uma História Aleijada.

1.2 Saindo da sala de espera

Nas últimas décadas, a História tem passado por complexos processos de crises epistemológicas, resultado, em parte, do reconhecimento de que o conhecimento historicamente considerado universal não estabelece diálogos com todas as culturas, povos e grupos. Dipesh Chakrabarty é um dos historiadores que discute parte do processo de descentralização dos saberes ditos universais, um movimento impulsionado no século XX, incluindo nesse contexto até mesmo o pensamento marxista liberal, igualmente influenciado por essa tradição intelectual. Embora o pensamento marxista tenha oferecido contribuições notáveis, é imprescindível reconhecer que os tempos mudaram, exigindo novas interpretações.

⁶⁵ ALEIJADO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aleijado/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

⁶⁶ Capacitismo é a discriminação referida as pessoas com deficiência.

⁶⁷ MELLO, Anahí Guedes; AYDOS, Valéria; SCHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, p. 18, 2022.

Diante desse cenário, lembro-me da primeira geração do modelo social⁶⁸ da deficiência e das críticas que vieram a receber da segunda geração. Como já dito, os estudos da deficiência se fundaram com um grupo de sociólogos marxistas que deram os primeiros passos para “alargar a compreensão da deficiência como uma questão multidisciplinar, e não exclusiva do discurso médico [...]”⁶⁹. As contribuições desse grupo foram de extrema importância para o seguimento dos estudos da deficiência. Contudo, a segunda geração de teóricos/as da deficiência, influenciados/as por fortes referências do feminismo e das abordagens pós-modernas nos anos 1990 e 2000, revisitaram temáticas que foram esquecidas ou que ainda não se constituíam uma preocupação central pelas primeiras formulações. Entre essas questões, estão os debates sobre cuidado, dependência e interdependência, as subjetividades de cada corpo e, principalmente, a convergência de outras variáveis de desigualdade que atravessam a deficiência.

Ou seja, mesmo dentro de um grupo marginalizado pela sociedade, especialmente naquele período, notou-se a necessidade de mudanças que reconhecessem a diversidade interna desse próprio grupo. Uma das primeiras gerações do modelo social da deficiência era formada por homens, brancos e marxistas que experienciaram apenas uma das múltiplas formas de ser pessoa com deficiência.

Ainda nessa perspectiva, em *Al margen de Europa*, Chakrabarty discute de que modo conceitos, ideias e genealogias enraizadas nas tradições intelectuais europeias foram desenvolvidas a partir de um lugar, de um ponto de vista específico. Nesse sentido, entendo que um vasto campo de saberes foi desconsiderado por não ser compreendido. Como alusão a isso, Chakrabarty aponta que até mesmo a ideia moderna de História, proposta nos ensaios clássicos liberais de John Stuart Mill, defendia o conceito de autogoverno, exceto, no entanto, para os indígenas e africanos. Mill justificava essas exceções sob o argumento de que esses grupos não eram suficientemente civilizados para se governarem⁷⁰. Nesse cenário, Chakrabarty argumenta que essas e outras nações foram relegadas à “sala de espera da História”. Embora tenhamos avançado muito nas discussões sobre grupos marginalizados, principalmente no que diz respeito à raça, classe e gênero, e até mesmo nas abordagens de coloniais e pós-coloniais,

⁶⁸ Dentro dos estudos da deficiência podemos listar alguns modelos de compreensão da deficiência conforme os eventos culturais e sociais da sociedade, dentre eles o modelo de religioso, médico, e social dividido em dois momentos. E por último a Teoria Aleijada que se opõe aos já citados.

⁶⁹ DINIZ, Débora. *O que é deficiência?*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 54.

⁷⁰ CHAKRABARTY, Dipesh. “La idea de provincializar Europa”. In: *Al margen de Europa: Pensamiento poscolonial y diferencia histórica*. Barcelona: Ensaïos Tusquets Editores, 2012. p. 35.

acredito que os estudos da deficiência ainda permanecem na sala de espera da História, aguardando seu devido reconhecimento na historiografia. Apesar da notoriedade mais que necessária adquirida em outros campos das ciências humanas, ainda há um vazio a ser preenchido no âmbito histórico. Nessa linha de pensamento, também compartilho da crítica de Donna Haraway, que aponta como as ciências naturais, sociais e humanas foram mantidas como sinônimo de tradução, convertibilidade e significados universais de “uma linguagem (adivinha de quem) imposta como parâmetro para todas as traduções e conversões”⁷¹. Assim, é chegado o momento de a deficiência dizer adeus à “sala de espera da História” e assumir seu lugar como um importante processo histórico, e sua inserção no conjunto de categorias analíticas.

Os estudos da deficiência e, mais especificamente, o modelo social da deficiência, têm suas premissas pautadas nos estudos de gênero e feminismo, conforme apontou Diniz: “assim como as mulheres eram oprimidas por causa do sexo, os deficientes eram oprimidos por causa do corpo com lesões – essa era uma aproximação argumentativa que facilitava a tarefa de dessencializar a desigualdade”⁷².

Nesse sentido, existe hoje uma convergência entre as duas áreas, denominada Estudos feministas da deficiência. “Esse campo tem a potência de produzir percepções outras da deficiência, as quais fissuram o que, sob a narrativa capacitista, é considerado o sujeito típico, instituído como norma”⁷³. Além disso, os estudos do movimento negro também revelam associação, na medida em que se compreende a deficiência como uma forma de opressão. Dessa forma, proponho a utilização dessa aproximação para analisar as escritas insubmissas.

O artigo “Escritas insubmissas: indisciplinando a história com Hortense Spillers e Saidiya Hartman”⁷⁴ revela os enfrentamentos de intelectuais negros frente às convenções disciplinares. Alan Kardec aprofunda essa discussão ao mencionar a origem da formação disciplinar acadêmica, marcada pelas influências da cultura iluminista da Europa, que, historicamente, não reconhecia a escrita de determinados grupos. No entanto, a partir do século XIX, observou-se o surgimento das chamadas escritas insubmissas. Kardec destaca, como

⁷¹ HARAWAY, Dona. Saberes localizados. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 16, 1995.

⁷² DINIZ, Débora. *O que é deficiência?*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 56.

⁷³ GESSER, Marivete et. al. O encontro com os estudos feministas da deficiência e a produção de narrativas insurgentes. *Revista Psicologia Política*, v. 24, p. 3, 2024.

⁷⁴ PEREIRA, Alan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481-508, 2021.

exemplo disso, a tradição intelectual negra, que sempre foi alvo da história disciplinada, apesar de ser permeada de descrições das violências sofridas:

Ou seja, expôs o real da vida e das experiências negras, partindo do ponto de vista dos próprios negros, como uma espécie de participante observador. Segundo, ela frequentemente foi corretiva, pois sempre bateu de frente com o racismo e os estereótipos raciais e epistêmicos presentes no discurso dominante das instituições acadêmicas brancas⁷⁵

Os autores das escritas insubmissas tiveram que lutar contra uma tradição intelectual que desconsiderava suas formas de escrita, marcadas por experiências vividas e uma abordagem intervencionista. Do mesmo modo, a escritora Gloria Anzaldúa, autodeclarada chicana, também enfatizou a força dessa tradição intelectual na carta “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”⁷⁶, ao dizer que ainda não havia desaprendido as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em sua escrita⁷⁷. Ela ainda afirma “os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito”, fazendo uma clara denúncia contra os críticos de sua escrita⁷⁸. Isso reforça como as críticas às escritas insubmissas permeiam diversos grupos.

Apesar dos muitos apontamentos e discussões acerca daqueles que desejam não fazer mais parte dessa configuração disciplinada, alguns intelectuais indicam os riscos de uma escrita universal. Moraes e Tsallis⁷⁹ dissertam que alguns intelectuais, como Josselem Conti e Adichie, alertam que a imposição de uma escrita universal para trabalhos acadêmicos pode resultar na produção de uma única história. As autoras afirmam que “tais histórias guardam de antemão os lugares nos quais os outros devem se encaixar [...] comunidade de medida supostamente universal, adequa todos os tipos de corpos”⁸⁰. Para as autoras, as “únicas histórias” apagam parte do mundo e não oferecem possibilidade de vida, novas existências e formas de narrar. Pensando especificamente na experiência da deficiência, “ela não deve ser a única característica destacada em uma pessoa, mas a deficiência traz a essa pessoa uma perspectiva única de mundo

⁷⁵ *Idem*, p. 85.

⁷⁶ ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: carta para as mulheres escritoras do novo mundo. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2007.

⁷⁷ *Idem*, p. 229.

⁷⁸ *Idem*, p. 229.

⁷⁹ MORAES, Márcia; TSALLIS, Alexandra. *Op. Cit.*

⁸⁰ *Ibidem*, p. 42.

e das relações sociais"⁸¹, que quando descrita e pesquisada oferece possibilidade de rompimentos de estigmas.

Como já mencionado, grande parte dos pesquisadores no campo dos Disability Studies são pessoas com deficiência.⁸² Isso me leva a pensar sobre os desafios da escrita, impulsionados principalmente pelas experiências desses sujeitos. Se hoje enfrento críticas acadêmicas por uma intervenção mais direta na pesquisa (como me foi apontado), imagino os obstáculos enfrentados por aqueles que deram os primeiros passos. Proponho uma aproximação com os estudos da deficiência, que também enfrentam as duras críticas da História disciplinada. Compreendo que, especialmente quando as pesquisas são desenvolvidas por sujeitos integrantes dos respectivos movimentos pesquisados, não faz sentido, nem seria possível, escrever com o distanciamento e a neutralidade geralmente exigidos, uma vez que o que nos leva a pesquisar tal temática está atravessado pela nossa própria existência. Isso, de forma alguma, diminui a potencialidade ou a credibilidade de nossa pesquisa. É indiscutível que as temáticas, quando abordadas por seus atores diretos, ganhem outras compreensões. No entanto, “mesmo que a pessoa não tenha deficiência ou nenhuma relação com o tema, ela é muito bem-vinda para se tornar um(a) grande aliado(a)”⁸³.

Podemos mencionar que uma escrita insubmissa e até indisciplinada pode ser um dos motivos pelos quais a História, enquanto disciplina, ainda não desenvolveu diálogos consistentes com os estudos da deficiência. A escrita insubmissa é regada por experiências subjetivas que fogem ao controle de normas tanto acadêmicas quanto de padrões corporais. A deficiência, como dito, ainda não conseguiu se libertar totalmente da autoridade biomédica e, por isso, ainda é uma temática escassa nas ciências humanas. Assim como Alan Kardec destacou a crítica disciplinada à prática historiográfica dos negros como “fora da história”, a deficiência também é deixada à margem. Desse modo, podemos afirmar que as normas de padronização e os estigmas estabelecidos pela sociedade desejam predominar sobre nossos corpos, nossa história e escrita. Para Le Breton, a expressão corporal é socialmente modular⁸⁴; assim, o corpo com deficiência pode ser compreendido como uma manifestação das diversas

⁸¹ LIMA, Aleska. *(In)visibilidades e experiência de pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia (2015-2022)*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2022. p. 22.

⁸² Débora Diniz (2007), Anahi Guedes de Mello (2014), Marco Gavério (2017), Mia Mingus (2017), entre outros.

⁸³ LIMA, Aleska; CONSTANTINO, Caroline. Feminismo defixa: Lutas e perspectivas. In: FERREIRA, Jorgetânia; ORSI, Gabriela (Orgs.). *Feminismo das Maiorias*, São Paulo: Usina Editoriais, p. 146, 2022.

⁸⁴ BRETON, David Le. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes. 2007. p. 9.

formas de viver. Nesse sentido, complemento essa visão ao considerar também diversas formas de escrever. Bondía, em seu artigo “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”, propõe novas formas de pensar a educação, a escrita e as palavras. O autor propõe que, em vez de pensarmos a educação do ponto de vista da relação entre ciência e técnica ou entre teoria e prática, devemos pensá-la a partir da experiência/sentido. Bondía parte “da convicção de que as palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação”⁸⁵. Para além disso, podemos mencionar a “escrevivência”. De acordo com Conceição Evaristo, a escrevivência inicialmente “se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado”⁸⁶, mas, posteriormente, pode ser compreendida como um ato para diversos grupos que escrevem a partir de suas experiências.

Os corpos diversos sempre estiveram e estarão presentes, e isso não irá mudar. No entanto, as relações e os espaços podem e devem se tornar mais inclusivos⁸⁷, principalmente o da academia. Acredito que ao instituírem as leis de cotas para pessoas com deficiência, as universidades ofereceram oportunidade do ingresso dessas pessoas e promoveram a expansão da área de estudos da deficiência. Porém, assim como os espaços físicos, a disciplina acadêmica de História também precisa de novas compreensões, que não sejam motivadas por força da lei, mas pelo fato as pessoas com deficiência ali estão e continuarão a chegar, possibilitando a construção de conhecimento inclusivo e dando visibilidade às suas experiências e histórias. A deficiência é um fenômeno histórico-social que atravessa um grupo de pessoas historicamente invisibilizado, “assim como os negros e as mulheres, essas pessoas também foram excluídas, deixadas à margem da sociedade”⁸⁸. Dessa forma, podemos compreender que os enfrentamentos vividos por elas no contemporâneo são frutos de uma trajetória historicamente rejeitada, relegada à sala de espera.

A História pode contribuir com o antipacitismo ao dar visibilidade às histórias e produções de pessoas com deficiência. Joan Scott diz que “tornar um movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevalecentes e abre novas possibilidades”⁸⁹. Nesse sentido,

⁸⁵ BONDÍA, Jorge Larrosa. *Op. Cit.*, p. 20.

⁸⁶ DUARTE, Constância; NUNES, Isabella. *Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina, 2020. p. 30.

⁸⁷ LIMA, Aleska. *Op. Cit.*, p. 25.

⁸⁸ LIMA, Aleska. *Op. Cit.*, p. 16.

⁸⁹ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, v.16, p. 298, 2012.

compreendo que as escritas insubmissas, de modo geral, mas especialmente as que envolvem a deficiência, oferecem novas possibilidades de compreensão do tema, para além da problemática médica, apresentando-se como uma questão de justiça social e política, contribuindo, assim, com a luta anticapacitista.

Do mesmo modo, os estudos decoloniais têm potencial para corroborar com a “saída da sala de espera” dos estudos da deficiência, principalmente em diálogo com os campos já citados, que criaram bases teórico-metodológicas sólidas para os estudos da deficiência no Brasil. Acredito na multidisciplinaridade desses diálogos. Além disso, como pesquisadora, penso que o tempo pode nos auxiliar nessa tarefa – algo tão caro à história e aos historiadores/as. Suponho que pensar sobre o tempo contribua para ampliar as possibilidades de diálogo entre a história e os estudos da deficiência. Viver o tempo da deficiência (*Crip Time*) nunca foi tão desafiador como tem sido dentro no ambiente acadêmico. É instigante pensar que, apesar de compartilhar com os colegas de classe o mesmo espaço geográfico de estudo, os mesmos professores e as mesmas atividades, experienciamos o tempo de maneira completamente distinta. Essa diferença resulta também em pesquisas diferentes, que oferecem novas possibilidades de análises, discussões e, sobretudo, melhorias para as pessoas com deficiência.

1.3 Territorializar para aleijar

Antes de adentrar neste tópico, cabe ressaltar a importância de alguns pesquisadores e ativistas que iniciaram a produção científica da temática deficiência aqui no Brasil. Em parte, esse movimento surge em virtude “[...] do contexto da democratização do país e da implosão de diversos movimentos sociais a partir dos anos 1970, os primeiros pesquisadores brasileiros apresentarem formulações de cunho eminentemente social da deficiência”⁹⁰.

Pode-se destacar nomes importantes, a exemplo de Sadão Omote, psicólogo e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que pesquisou temas relacionados a estereótipos de estudantes universitários a respeito de pessoas com deficiência e, também, a vivência de mães de pessoas com deficiência⁹¹. Ainda na psicologia, Rosana Glat, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), contribuiu com pesquisas sobre mulheres com deficiência intelectual⁹²,

⁹⁰ MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. *Op. Cit.*, p. 96.

⁹¹ OMOTE, Sadao. *Estereótipos de estudantes universitários em relação a diferentes categorias de pessoas deficientes*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

⁹² GLAT, Rosana. *“Não somos diferentes das outras pessoas”*: Vida cotidiana de mulheres com deficiência mental. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

enquanto Lúgia Assunção Amaral, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), pesquisou e orientou diversos temas relacionados à deficiência⁹³. Na área de comunicação, Rui Bianchi Nascimento, da *Revista Veja*, abordava sobre as perspectivas da deficiência em seus textos⁹⁴. Suely Harumi Satow⁹⁵, também psicóloga da PUC, defendeu a sua tese de doutorado, que teve como título *Projeto de ser gente: construção de identidade na exclusão*.

A partir da década de 1990, algumas discussões da psicologia chamaram atenção, como a questão da reabilitação, discutida por Araci Nallin (USP)⁹⁶, e questões envolvendo corpo, deficiência e espaços de desejo, abordadas por Ana Rita de Paula⁹⁷, também da Universidade de São Paulo. Já nos anos 2000, temos a jornalista Ana Maria Morales Crespo, da USP, com a pesquisa *informação e deformação: a pessoa com deficiência na mídia impressa*⁹⁸. Na mesma linha, Sueli Yngaunis produziu a dissertação *A relação do adolescente portador de deficiência e/ou deformidade e os meios de comunicação*, pela Faculdade Casper Líbero⁹⁹. Maria Ivone Fortunato Laraia, em sua dissertação de mestrado, na PUCSP, abordou *A pessoa com deficiência o direito ao trabalho*¹⁰⁰. No campo da história e política, destaca-se Mário Cléber Martins (Comp.), que organizou a *História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*, produzido pela secretaria Nacional de promoção do direito das pessoas com

⁹³ AMARAL, Lúgia Assunção. *Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

⁹⁴ NASCIMENTO, Rui Bianchi do. *A visão parcial da deficiência na imprensa: Revista Veja (1981-1999)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

⁹⁵ SATOW, Suely Harumi. *O projeto de ser gente: construção da identidade na exclusão*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

⁹⁶ NALLIN, Araci. *Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos*. Análise de representação do discurso. 184 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

⁹⁷ PAULA, Ana Rita de. *Corpo e deficiência, faço o meu desejo: reflexões sobre a perspectiva feminina*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

⁹⁸ CRESPO, Ana Maria Morales. *Informação e deformação: a pessoa com deficiência na mídia impressa*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

⁹⁹ YNGAUNIS, Sueli. *A relação do adolescente portador de deficiência e/ou deformidade os meios de comunicação*. 176 f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Mercado). Faculdade de Comunicação Social, Casper Líbero, São Paulo, 2000.

¹⁰⁰ LARAIA, Maria Ivone Fortunato. *A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho*. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

deficiência¹⁰¹. Outros nomes de grande relevância incluem a médica Izabel Maior Loureiro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹⁰², e o assistente social Romeu Kazumi Sassaki, considerado precursor da acessibilidade no Brasil¹⁰³.

Como mencionado, existe uma escassez de estudos sobre a temática deficiência na historiografia. No entanto, alguns historiadores têm se dedicado a trazer essa questão para o campo da História. A respeito disso, vamos apresentar alguns deles. Em um simbólico levantamento realizado no Repositório Institucional da UFU, na área de História, pude encontrar uma dissertação que tem como título *Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença*, defendida em 2002 por Idari Alves da Silva, um importante ativista do movimento das pessoas com deficiência da cidade de Uberlândia¹⁰⁴. Aprofundando-me um pouco mais no mesmo repositório, encontrei a dissertação intitulada *A luta pelo direito à cidadania na cidade de Uberlândia: o movimento das pessoas com deficiência entre a legalidade e a legitimidade*, defendida em 2014 pela historiadora Késia Pontes de Almeida¹⁰⁵. A pesquisadora também produziu sua tese de doutorado na mesma instituição, intitulada *Do assistencialismo à luta por direitos: às pessoas com deficiência e sua atuação no processo de construção do texto constitucional de 1988*. Ainda da cidade de Uberlândia, a geógrafa Ana Paula Crosara de Resende, da UFU, cujas pesquisas estão relacionadas à acessibilidade, espaço urbano e legislações¹⁰⁶. Outro nome é o do engenheiro civil Gilmar Borges Rabelo, também da UFU, que em sua dissertação analisou a operação do transporte público para pessoas com deficiência da cidade de Uberlândia¹⁰⁷. Além disso, a

¹⁰¹ LANNA JUNIOR, Mario Cleber Martins (Comp.). *História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção do Direito das Pessoas com Deficiência, 2010.

¹⁰² MAIOR, Izabel Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017.

¹⁰³ SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, ano XII, mar.-abr., 2009.

¹⁰⁴ SILVA, Idari Alves da. *Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença*. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Késia Pontes de. *A luta pelo direito à cidadania na cidade de Uberlândia: o movimento das pessoas com deficiência entre a legalidade e a legitimidade*. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

¹⁰⁶ RESENDE, Ana Paula Crosara. *TODOS NA CIDADE: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia-MG*. 139 f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2003.

¹⁰⁷ RABELO, Gilmar Borges. *Evaluation of the accessibility to the people with physical disabilities in the urban public transportation*. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Engenharias) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

psicóloga Marineia Resende Crosara, graduada na UFU, tem se concentrado em questões relacionadas à deficiência e movimentos sociais¹⁰⁸.

Atualmente, as pesquisas que envolvem a temática da deficiência têm ganhado mais espaço e notoriedade, especialmente a partir dos teóricos/ativistas com deficiência. É possível observar o crescimento de grupos dedicados ao estudo da deficiência, como o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que conta com integrantes de todas as regiões do país, e o Laboratório de Educação Inclusiva (LEDI/UDESC), bem como a criação de Coletivos, como o Coletivo Feminista Hellen Keler, fundado em 2018 e composto por mulheres com deficiência¹⁰⁹, e o Coletivo Quilombo PCD, que reúne pessoas negras com deficiência para combater duplamente o capacitismo e o racismo.¹¹⁰ Além disso, a organização de congressos e eventos acadêmicos que discutem a temática da deficiência também têm sido fundamental.

O debate acadêmico atual em torno da deficiência conta com autores/as renomados/as, como Débora Diniz, com o livro *O que é deficiência?*,¹¹¹ cuja relevância é significativa para quem deseja iniciar e conhecer as discussões sobre a temática em questão. Também a antropóloga Anahí Guedes de Mello¹¹² e o sociólogo Marco Antônio Gaverio¹¹³, fomentam a *Teoria Crip* aqui no Brasil. Além disso, a psicóloga Marivete Gesser¹¹⁴ realiza pesquisas relacionadas aos estudos da deficiência e inclusão no ensino superior. Enquanto isso, Márcia Moraes,¹¹⁵ também psicóloga, trabalha com interfaces entre a psicologia e os estudos da deficiência, em conjunto com os feminismos.

¹⁰⁸ RESENDE, Marineia Crosara de. *Atitudes em relação ao idoso, à velhice pessoal e ao portador de deficiência física em adultos com deficiência física*. 89 f. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

¹⁰⁹ COLETIVO FEMINISTA HELLEN KELLER. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivohelenkeller?igsh=MWlhcmLuNzVrZmRpYg==>. Acesso em 9 de janeiro de 2025.

¹¹⁰ COLETIVO QUILOMBO PCD. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombopcd?igsh=d2VqcmY5bzduYTlu>. Acesso em 9 de janeiro de 2025.

¹¹¹ DINIZ, Débora. *Op. Cit.*

¹¹² MELLO, Anahí Guedes de. *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

¹¹³ GAVÉRIO, Marco Antônio. *Reabilitar é incluir?: um estudo de práticas em Reabilitação Físico-Motora*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

¹¹⁴ GESSER, Marivete. *Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física*. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

¹¹⁵ MORAES, Marcia. *Op. Cit.*

Compreendo que sem os esforços e a resistência dos teóricos e ativistas com deficiência, carinhosamente apelidados de “Jurássicos”, não teríamos as bases necessárias para o avanço das discussões sobre deficiência, nem seria possível atingi-las em um nível tão transcendente como ocorre hoje. Nesse sentido, pensando especificamente a história, conforme vou vivenciando o ser historiadora com deficiência, ainda percebo a necessidade de nos reafirmarmos como historiadores/as, pesquisadores/as e ativistas, juntamente com nossas temáticas (deficiências; *Crip*). Infelizmente, não foram raras as vezes que recebi, inclusive em bancas de ingresso na pós-graduação, comentários de que meu trabalho não era historiográfico, em vista de meus constantes diálogos com a sociologia, antropologia e psicologia. Isso ocorre porque, muito raramente, encontro referência sobre a deficiência na História. Percebo que assim como os primeiros teóricos que buscavam visibilidade, emancipação e direitos, compartilhamos dos mesmos ideais, frente a desafios que, lamentavelmente, ainda são semelhantes.

Com mais experiência, pensava em como poderia evidenciar e demarcar a deficiência, como bem afirmou Mello, enquanto uma categoria analítica. Como podemos territorializar esse campo historiográfico? Conhecer a Teoria Crip me proporcionou um pouco de ousadia para tensionar uma History Crip ou História Aleijada. Mas, de fato, o que seria essa teoria? A Teoria Crip foi alicerçada por McRuer no livro *Crip Theory: cultural signs of queerness and disability*¹¹⁶. De acordo com o autor, o livro emerge dos estudos culturais que questionam a ordem das coisas, bem como tudo que é construído e naturalizado em meio a relações sociais e culturais complexas. A teoria tem sua herança nos estudos da Teoria Queer, “que abre campo para construção de saberes localizados nas figuras consideradas abjetas”. A Antropóloga Anahí Guedes de Melo discorre que:

A Teoria Queer questiona as categorizações de sujeitos. E recusa a classificação dos indivíduos em categorias binárias, universais e imutáveis, argumentando que são construídas de maneira complexa, a partir da inserção de múltiplos sujeitos políticos, de posições, critérios, ou variações culturais, muitas vezes marcados por processos sociais normatizadores.¹¹⁷

Ainda de acordo com Mello, a Teoria Queer expandiu o *locus* investigativo ao abarcar qualquer tipo de prática sexual ou identidade que estejam na fronteira de categorias normativas ou desviantes. Dessa forma, os corpos com deficiência também são Queer. Robert McRuer discorre que “a corponormatividade que produz deficiência está entrelaçado com a heterossexualidade compulsória que produz *Queerness*” (tradução nossa). Além disso, o

¹¹⁶ MCRUER, Robert. *Teoría Crip: signos culturales de lo queer y de la discapacidad*. New York University Press, 2021.

¹¹⁷ MELLO, Anahi Guedes de. Op. Cit., p. 49.

pensamento Queer “se amplia para alianças estratégicas entre movimentos que, igualmente, se propõe a contestar regimes normalizantes, denunciar práticas de enclausuramento de corpos [...]”. Dessa forma, o avanço da Teoria Queer para além de suas fronteiras estadunidenses, oferece novas possibilidades de problematização e o surgimento de novas teorias, como é o caso da Teoria Crip, que tem como objetivo: “estudar (neste caso) como corpos e deficiências foram concebidos e materializados em múltiplos locais culturais e como eles podem ser entendidos e imaginados como formas de resistência à homogeneização cultural[...]”.¹¹⁸

Sendo assim, “o principal axioma da teoria queer postula que a sociedade contemporânea é regida pela heteronormatividade, na teoria crip sua máxima se sustenta pelo postulado da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal”¹¹⁹, resultado de construções históricas que provocam o cerceamento desses sujeitos em nossa sociedade. Portanto, a presente pesquisa vem ao encontro das premissas da Teoria Crip, ao romper as formas com as quais as pessoas com deficiências são percebidas pela sociedade estruturada em noções corponormativas. No mesmo sentido, podemos estender essas premissas a questões relacionadas às relações de poder e acessibilidade, já que ambas são inevitavelmente atravessadas pela existência dos corpos.

Para além das relações de poder e acessibilidade, é pertinente pensar nas produções influenciadas pela Teoria Crip: como podemos escrever, produzir e tensionar uma História Aleijada? É indiscutível a importância de visibilizar a história da deficiência e as histórias das pessoas com deficiência, juntamente com o impacto delas na sociedade. E é isto que vai oportunizar que o pensamento de uma História Aleijada vá além: a possibilidade de discutir histórias e temáticas que não só não foram contadas ou até mesmo distorcidas, mas sequer são consideradas como categoria analítica dentro do campo tradicional da história. Além disso, a produção de uma História Aleijada não só pode, como deve, perpassar diferentes temáticas e áreas dentro do campo historiográfico, não sendo restrita a absolutamente nenhuma área ou disciplina específica, rompendo o silenciamento e invisibilidade que pairaram sobre suas histórias e existências. A produção de um pensamento que leve em conta a História Aleijada vem ao encontro da ruptura com o capacitismo estrutural e com a corponormatividade imposta em todos os segmentos da sociedade, incluindo as universidades, e, conseqüentemente, as produções acadêmicas. Como já dito, considero um pouco ousada a ideia de tensionar um

¹¹⁸ MCRUER, Robert. *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. NYU Press. 2006. p. 33.

¹¹⁹ MELLO, Anahí Guedes de. *Op. Cit.*, p. 52.

pensamento como a História Aleijada. Obviamente é algo que precisa ser aprofundado para além do mestrado, o que pretendo fazer no doutorado, mas essa é a história que desejo para meus trabalhos e os outros que estão por vir, não podendo deixá-la de fora desta pesquisa.

Nos cabe agora refletir: a comunidade acadêmica, e até mesmo a história, está pronta para se aleijar? O modelo social da deficiência foi bem enfático ao demonstrar que a responsabilidade das opressões vivenciadas pelas pessoas com deficiência nas décadas de 1970 e 1980, e que ainda hoje perduram, decorrem de organizações sociais incompatíveis com a diversidade corporal. Ou seja, não cabe aos teóricos com deficiência se adaptar às disciplinas, lugares e escritas.

Para finalizar, sinalizo, assim como fez Allan Kardec Pereira (2021) ao discorrer sobre as *Escritas insubmissas* de autores negros, que não se trata de uma “atualização” ou “inclusão” da referida temática na tradição intelectual histórica, mas de “novas modalidades de escrever a história e de pensar o nosso mundo”¹²⁰.

1.4 O movimento político das pessoas com deficiência: acessibilidade e direitos

Antes de adentrar mais profundamente na cidade, com o título de exemplo em acessibilidade, acredito que seja pertinente, mesmo que de forma sucinta, uma discussão sobre acessibilidade, legislação e o movimento político das pessoas com deficiência, diante do foco da pesquisa em entender as influências das relações de poder na acessibilidade experienciada pelas pessoas com deficiência da cidade de Uberlândia.

Recentemente, o Censo do ano de 2022 divulgou que existem no Brasil cerca de 18 milhões de pessoas com deficiência, um número bem diferente do apresentado no Censo de 2010, que era de cerca de 45 milhões. A discrepância em relação aos dois Censos provavelmente se deve às metodologias aplicadas na coleta de dados de cada um. Enfim, 18 milhões de pessoas com deficiência precisam da acessibilidade em seu cotidiano. A acessibilidade, quase que instantaneamente, está sempre relacionada às pessoas com deficiência; no entanto, hoje já se sabe que a acessibilidade não é exclusividade deste grupo específico, mas, sim, de toda a sociedade, apesar de, nesta pesquisa em específico, o foco ser acessibilidade para pessoas com deficiência. Torna-se importante discutir como a acessibilidade se tornou uma pauta central no movimento das pessoas com deficiência. Como surgiu a

¹²⁰ PEREIRA. Alan Kardec. *Op. Cit.*, p. 503.

acessibilidade? Quem está por trás das criações das legislações e práticas de acessibilidade? E como podemos compreendê-la atualmente?

É claro que os avanços relacionados à acessibilidade são fruto de um intenso movimento político dos ativistas com deficiência. Izabel Maior afirma que a conquista de direitos pelas pessoas com deficiência pode ser dividida em duas fases: a primeira pode ser caracterizada pelo “envolvimento e condução do processo pelas famílias e por profissionais dedicados ao atendimento”¹²¹ e a segunda, diretamente pelas próprias pessoas com deficiência. A autora ainda afirma que nos dois momentos houve a predominância e a atuação de associações da sociedade civil que lutaram pelo espaço para as pessoas com deficiência. Os primeiros passos para a luta por esse espaço foram dados por iniciativas educacionais, principalmente para cegos e surdos em internatos. Posteriormente, no século XX, “estabeleceram-se as escolas especiais para crianças com deficiência mental (atualmente reconhecida como deficiência intelectual) em redes paralelas de cima público¹²²”. Tal movimentação teve como impulso as associações Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

De acordo com a assistente social Romeu Sasaki, o termo acessibilidade, referente ao acesso das pessoas com deficiência, “em geral tem raízes com início dos movimentos de reabilitação da década de 50”¹²³, com a denúncia dos profissionais de reabilitação. O pós-guerra elevou o número de pessoas com deficiência às amputações e revelou a necessidade da criação de políticas públicas inclusivas, compreendendo o recebimento de benefícios e a acessibilidade. Consequentemente, nas décadas de 1960 e 1970, iniciaram-se movimentações a partir das próprias pessoas com deficiência em busca de melhoria de vida. Esse movimento ocorreu paralelo ao início dos Modelos sociais da Deficiência¹²⁴. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 já resguardava alguns direitos das pessoas com deficiência, como saúde, educação e acessibilidade: “Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º”.¹²⁵

¹²¹ MAIOR, Izabel Loureiro. *Op. Cit.*, p. 30.

¹²² *Idem*, p. 30.

¹²³ SASSAKI, Romeu Kazumi. *Op. Cit.*, p. 9.

¹²⁴ Existem diferentes modelos de compreensão da deficiência, que se distinguem conforme diferentes épocas, um deles é o Modelo social da deficiência...

¹²⁵ BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF.

No entanto, mesmo antes da Constituição, de acordo com Sassaki, a partir de 1980 o movimento desse grupo ganhou força na busca da integração das pessoas com deficiência¹²⁶. O ano de 1980 trouxe avanços relacionados ao modelo social da deficiência, que se baseia nas condições de interação entre a sociedade e as pessoas com deficiência. Um dos eventos dentro desse período foi o I Encontro Nacional Das Pessoas com Deficiência, realizado em Brasília. Participaram representantes de diversos estados e instituições de pessoas com diferentes deficiências, procurando reivindicar seus direitos. Maior afirma que o evento fez surgir o sentimento de pertencimento¹²⁷. No ano seguinte, em 1981, foi proclamado pela ONU o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, o que pode ser compreendido como uma possibilidade para que a questão fosse colocada de maneira mais ampla para a sociedade, dando visibilidade à temática e a esse grupo de pessoas. Posteriormente, em 2009, o Brasil se tornou signatário da Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência e, em 2015, sancionou a Lei Brasileira de Inclusão.

Como já dito, a acessibilidade beneficia a todos, porém, podemos compreender sua importância para as pessoas com deficiência à medida que o termo se propõe a eliminar ou minimizar os diversos enfrentamentos cotidianos experienciados por elas. Mas, e hoje, como podemos compreender a acessibilidade e até mesmo problematizá-la?

A *Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade*¹²⁸ trabalha a ideia de uma contra-acessibilidade, que seria “formas ampliadas de pensarmos a interação e as práticas de transformação da relação entre indivíduo e sociedade”. A proposta da contra cartilha é aleijar¹²⁹ (romper) as práticas de acessibilidade que são submetidas a partir de normas e padrões corporais a fim de tomar possíveis determinados “desvios”. Além disso, a contracartilha também vem ao encontro da problematização das noções de inclusão e acessibilidade. A leitura da contracartilha cumpriu com o seu objetivo de “desacomodar a comunidade acadêmica” e me possibilitou bases para uma discussão profunda sobre as práticas

¹²⁶ SASSAKI, Romeu K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Wya, 1997, p. 32.

¹²⁷ MAIOR, Izabel Loureiro. *Op. Cit.*, p. 31.

¹²⁸ COMITÊ Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia. *Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade*. ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI: Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro, 2020.

¹²⁹ Aleijar é um termo usado principalmente pela antropóloga Anahí Guedes de Mello e pelo sociólogo Marco Antonio Gavério aqui no Brasil para se referir a uma descolonização (deformar, contundir e fissurar) o pensamento hegemônico da deficiência. Refletindo para além da palavra agora utilizada pelos teóricos da deficiência, é sabido que a palavra “aleijado” durante muitos anos e em partes ainda hoje, utilizada para referenciar pessoas com deficiência. O dicionário ainda hoje tem como definição da palavra aleijado: quem tem alguma deformidade ou mutilação física; pessoa que, por razão de um acidente ou causa natural, tem uma deficiência.

de acesso, não só para pessoas com deficiência, mas de maneira geral. Dessa forma, proponho pensarmos as práticas de acesso muito além da noção de acessibilidade que temos atualmente. Conforme apontado na contra-cartilha, as práticas de acessibilidade são pensadas a partir de determinados padrões e normas que também são envolvidos pelas relações de poder, muitas das vezes construídas acreditando em um único tipo de acessibilidade. Entretanto, existe uma infinidade de deficiências que não podem ser contempladas por um único tipo de acesso. Questionar o capacitismo e a acessibilidade para além de normas e técnicas nos leva a territórios de sensibilidades e afeto. Refletir sobre como a falta de acesso afeta profundamente as pessoas com deficiência se faz necessário.

Nosso entrevistado, Órion, tem deficiência visual adquirida. Por esse motivo, ele passou a territorializar a deficiência de forma tardia e nos relatou dificuldades de se relacionar após se tornar pessoa com deficiência: “é difícil fazer novas amizades, uma nova paquera, alguma coisa assim”¹³⁰. Órion ainda enfatiza que “as pessoas acham que é uma coisa fora do normal, aí acho que pela insegurança ou pelo preconceito, não sei, muitas pessoas não se aproximam”¹³¹. Nesse caso, fica em evidência como a falta de acessibilidade atitudinal pode levar a pessoa com deficiência à solidão. Sendo assim, fica claro como devemos compreender a acessibilidade para além de normas e técnicas, mas como algo que envolve questões psicossociais e afetivas.

¹³⁰ ÓRION. Entrevistado 1. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 12 de janeiro de 2024, na residência do entrevistado.

¹³¹ *Idem*.

Capítulo 2 – Questões Territoriais

O presente capítulo tem como intuito explorar possíveis relações entre a deficiência e território. Na primeira parte, são discutidos os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, pensando as pessoas com deficiência e os enfrentamentos capacitistas dos participantes da pesquisa. A segunda parte se refere a descrever o território cidade que os entrevistados participantes da pesquisa se encontram, a partir da apresentação de alguns dados importantes da cidade e as impressões desse território a partir das narrativas dos entrevistados.

Compreendo a questão territorial primordial para a pesquisa. Entretanto, é importante mencionar que nem sempre foi assim, conforme apontou Haesbaert :“o que se percebe é que por um longo tempo os filósofos e cientistas sociais, com raras exceções, negligenciaram o espaço em suas análises”¹³². Nesse sentido, com os avanços no uso do conceito de território para além da Geografia e suas diferentes concepções e usabilidades, me questionava: qual sentido de território usaria na pesquisa? Ou, melhor, onde essa pesquisa se territorializa? O geógrafo Milton Santos diz que, ao falar de território, “não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total”¹³³. Para ele, território

É a arena da oposição entre o – mercado - que singulariza – com as técnicas da produção a organização da produção, “geografia da produção” e sociedade civil – de generalizar – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia do mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoístas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações.¹³⁴

Dessa forma, entende-se que território é um espaço de relações estabelecidas por todas as pessoas, onde se compõem e articulam normas e regras. Influenciada pelo pós-estruturalismo, um debate sobre o território me chamou atenção: o desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Desses autores, utilizarei especialmente os conceitos de desterritorialização e reterritorialização, por considerá-los a melhor opção para minha pesquisa. Nesse sentido, é importante afirmar que os processos de desterritorialização e reterritorialização não são isolados um do outro. Quando nos desterritorializamos de um determinado território,

¹³² HAESBAERT, Rogério; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Op. Cit.*, p. 26

¹³³ SANTOS, Milton. O retorno do território. In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Año 6 n°. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 255. ISSN 1515-3282. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.

¹³⁴ *Idem*, p. 174.

instantaneamente reterritorializamos outro. Assim, as discussões que envolvem as questões territoriais servirão para pensar sobre como as pessoas com deficiência têm se desterritorializado e reterritorializado em diferentes espaços da sociedade.

2.1 Movimentos de desterritorialização e reterritorialização

Como já mencionado, a noção de território vai muito além de uma questão ecológica ou etnológica: os territórios delimitam e articulam. Nesse sentido, podemos mencionar que os movimentos das décadas de 1970 e 1980, em busca de inclusão e acessibilidade pelas próprias pessoas com deficiência, foi um momento em que esse grupo de pessoas optou por uma desterritorialização e reterritorialização. Haesbaert e Bruce, com base nos estudos de Deleuze e Guattari, afirmam que este é “o movimento pelo qual se abandona o território”¹³⁵. Durante um longo período, essas pessoas foram territorializadas em suas casas, impedidas de viver em sociedade por não corresponderem a um padrão de normalidade. Mas afinal, quem ditou e dita a normalidade? De acordo com Georges Canguilhem, o termo “normal” se popularizou entre as pessoas a partir de duas instituições: hospitalares e pedagógicas. A reforma hospitalar, assim como a pedagógica, exprime uma exigência de racionalização que se manifesta também na política, como na economia, sob a influência de um maquinismo industrial nascente que levará, por fim, ao que se chamou desde então de reterritorialização. Dessa forma, quando alguém ou um grupo foge aos padrões de normalidade dentro de determinados territórios, podem ocorrer deslocamentos, falta de identificação e pertencimento a partir de signos culturais. Como afirma Claval: “na medida em que a identificação com os objetos fragiliza o indivíduo grupo, alguns pensam que é necessário consolidá-los através de medidas territoriais de exclusão”¹³⁶.

Este período de territorialização nas próprias casas também pode ser evidenciado nas narrativas de nossos entrevistados. Como dito, nosso entrevistado Sol teve poliomielite quando ainda era bebê e, em virtude disso, tornou-se pessoa com deficiência, que utiliza de uma cadeira de rodas para se locomover. Diante disso, pela falta de acessibilidade e de estruturas adequadas que permitissem sua ida à escola, ele acabou sendo alfabetizado tardiamente:

Eu não tive um processo de escolarização, né, por falta de acessibilidade, porque você não tinha transporte, você não tinha ônibus, ônibus né transporte público, imagina assim, você tinha alguma coisa no centro da cidade e nos bairros e o Roosevelt na época era considerado um bairro afastado, tá, era considerado um bairro afastado,

¹³⁵ HAESBAERT, Rogério; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Op. Cit.*, p. 16.

¹³⁶ CLAVAL, Paul. O Território na transição Pós-Modernidade. *GEOgraphia*, v. 1, n. 2, p. 20, set. 2009.

eh... então era totalmente isolado, então eu não fui alfabetizado, eu, eu fui alfabetizado só aos 20 anos de idade.¹³⁷

De acordo com Sol, em 1961, ano em que nasceu, houve um surto de poliomielite na cidade de Uberlândia. Apenas 20 anos após o seu nascimento, ele conseguiu iniciar seus estudos, período que nos remete às décadas de 1979/1980, as quais como mencionado anteriormente, foram marcadas por reivindicações de diversos movimentos, incluindo os de pessoas com deficiência, em busca de equidade, cidadania e respeito, caracterizando um movimento de desterritorialização. Entretanto, Sol enfatiza “eu entrei no Sesi. Por que eu entrei no Sesi? Era em frente à minha casa. A minha casa era 230, o Sesi 231, era só atravessar a rua, né, então não tinha problema de transporte, né”¹³⁸. O testemunho de Sol transparece a precariedade do período, além de indicar como a experiência com a acessibilidade pode ser diferente a depender de qual região se mora na cidade. Essa questão ainda é vigente em Uberlândia. Em pesquisa anterior, mais de uma entrevistada relatou que, por vezes, o centro da cidade era mais acessível que os bairros periféricos.

Além de Sol, nossa entrevistada Maia também passou por situações semelhantes. Ela relatou que começou a estudar aos 14 anos. Quando indaguei os motivos, ela respondeu:

Porque eu, eu tento estudar desde pequenininha, eu via as crianças ir, eles usavam aquele uniforme, sabe, tudo bonitinho, aquela meinha, aquele sapatinho pretinho. Então aquilo, eu ficava encantada e era meu sonho estudar e eu saí arrastando até no meio fio e ficava olhando os pais arrumar os filhos e eu não entendia porque que eu não podia ir para escola, porque, lá no fundo eu não me via deficiente. As pessoas me mostravam que eu era... deficiente, mas eu não enxergava isso. E nisso eu, com 14 anos, eu briguei, falei, eu vou estudar e fui para a escola, arrastando, com 14 anos em uma classe de meninos de 6 anos.¹³⁹

O relato também demonstra como os desejos das pessoas com deficiência eram completamente negligenciados. No caso de Maia, frequentar a escola não era apenas um sonho, hoje, é direito garantido a todas as crianças com deficiência. O seu testemunho nos convida a pensar e refletir profundamente. Quando Maia diz que não se enxerga como deficiente, não está negando sua deficiência, mas, sim, rejeitando a visão limitada e preconceituosa que a sociedade detinha e ainda detém sobre as pessoas com deficiência. Maia se aprofundou a dizer:

[...] Aí quando eu ia arrastando, eu chegava lá toda suja, eh eu tinha problema de conjuntivite as minhas vista, então todo dia amanhecia pregada e ninguém levantava pra me arrumar... porque ninguém, meus avós, meus tios, ninguém queria que eu

¹³⁷ SOL, Entrevistado 4. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 19 de fevereiro de 2024, no local de trabalho do entrevistado.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ MAIA, Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

estudasse porque eles achavam que aleijado não tinha que estudar, mas eu, eu sempre fui brigona por mim mesmo, eu sempre tive que lutar por mim, e eu falei que ia estudar, então eu ia sozinha, aí tinha escada, eu descia a escada sozinha e ia pra a escola, sentava no chão, eu não tinha caderno pra estudar, aí eh a uma mulher que é casada com meu tio, ficava com dó de mim, pegava os cadernos da filha dela e pegava e arrancava as folhas que sobrava e me dava pra mim estudar.¹⁴⁰

Alguns pontos devem ser evidenciados a partir desta fala de Maia. O primeiro é como o capacitismo – que até aquela época não era nomeado como tal – podia vir de dentro da própria família, resultado de concepções historicamente construídas ao longo do tempo e que associavam a deficiência a uma suposta incapacidade. Isso pode ser evidenciado quando Maia diz que “ninguém, meus avós, meus tios, ninguém queria que eu estudasse porque eles achavam que aleijado não tinha que estudar”¹⁴¹. Outro aspecto importante a ser destacado é a forma como nossa entrevistada enfatiza “eu sempre fui brigona por mim mesmo, eu sempre tive que lutar por mim”¹⁴². Essa fala não só exprime o sentimento de autonomia, mas também nos revela a necessidade de sempre precisar “brigar” por suas escolhas, convicções e sonhos.

Ambos os entrevistados, ao ingressarem na escola, mesmo que tardiamente, demonstram como podem ser percebidos os movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Eles deixam de ficar restritos em suas casas e assumem o desafio de conhecer novos territórios, de ocupar os espaços públicos, expressam em primeiro lugar sua resistência ao isolamento social, bem como o rompimento das perspectivas de incapacidade atribuídas às pessoas com deficiência. Essa resistência ao isolamento também pode ser observada na fala de Maia, quando questionada sobre os seus enfrentamentos cotidianos:

É o preconceito, é o que mais dói. Porque tudo que eu vou fazer não é brigar, não é barraco, tem que se impor [...]. Isso é o mais triste, se a gente não se impor, não vai em lugar nenhum, não sai em lugar nenhum. Eles nos isolam, nós somos esquecidos.¹⁴³

Vale observar, pela narrativa de Maia, o quanto pode ser extenuante ter que se posicionar de maneira firme, se impor e “brigar” por tudo o que se deseja, a fim de garantir o direito a ocupar e estar nos espaços. Isso nos revela o modo pelos quais os processos de exclusão funcionam e o quanto isolam as pessoas com deficiência. Importa ainda notar que ambos os entrevistados iniciaram os estudos por vontade própria, pelos seus desejos, indo contra os

¹⁴⁰ *Idem.*

¹⁴¹ *Idem.*

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ *Idem.*

discursos dominantes do período e desafiando as estruturas de funcionamento e exclusão dos espaços de formação.

Outro movimento de desterritorialização/reterritorialização que pude observar entre as entrevistas foi o abandono do território acadêmico da área de exatas e a entrada na área de humanidades por parte de Órion. É evidente que ao longo da vida passamos por transformações e mudanças, independentemente de ser uma pessoa com deficiência ou não. No entanto, ao escutar a experiência do nosso entrevistado como aluno do curso de Estatística, sou levada a acreditar que sua mudança de área possa ter sido motivada pelo capacitismo que sofreu: “Na estatística foi complicado porque de início, até o próprio coordenador falou que eu deveria desistir do curso porque ele achava que. Como era a concepção de muitos outros professores ali só”.¹⁴⁴

O abandono do território das exatas é resultado do ambiente hostil e capacitista que desconsiderou as capacidades de Órion. Além disso, nos diz muito sobre os desafios acadêmicos relacionados à acessibilidade e inclusão em um panorama muito mais atitudinal do que arquitetônico, o que pode ser um fator para diversas outras deficiências e neurodiversidades. A ênfase na afirmação “seria impossível uma pessoa cega fazer um curso de exatas” demonstra mais uma vez como o capacitismo estrutural impacta a vida das pessoas com deficiência. Um estudo realizado acerca da invisibilidade de alunos com deficiência visual nos cursos de Ciências Exatas e Naturais revelou a

percepção de que as pessoas com deficiência visual, por não apresentarem o atributo da visão, seriam “menos capazes” de frequentar cursos de CEN predomina no imaginário coletivo dessas áreas, sem nem mesmo haver um questionamento ou uma reflexão do porquê isso é tão naturalizado.¹⁴⁵

Nesse sentido, podemos destacar que os processos de reterritorialização e reivindicação por diferentes espaços podem produzir mudanças significativas, como no caso de Órion, ao mudar de curso, ou de Sol, que me relatou sua experiência ao realizar o pós-doutorado em Portugal: “Lá tinha uma rampa, mas a rampa eu tinha que entrar e dar uma volta, a rampa era coberta, não pegava a área externa e tinha três degraus. Quando eles souberam que eu ia né, eles colocaram um elevador”.¹⁴⁶

¹⁴⁴ ÓRION. Entrevistado 1. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 12 de janeiro de 2024, na residência do entrevistado.

¹⁴⁵ BONFIM, Carolina Santos; MOL, Gerson de Souza; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. A (In)visibilidade de pessoas com deficiência visual nas ciências exatas e naturais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, p. 592. 2021.

¹⁴⁶ RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 144.

O abandono dos diferentes territórios por parte de nossas estrelas revela que a procura por novas reterritorializações diz respeito à segregação/exclusão que experimentaram durante a vida e à necessidade de se tornarem parte de algo, de expressarem, através do local que ocupam, a própria existência. Ao mesmo tempo, subvertem a norma, ocupando espaços que são tradicionalmente ocupados por corpos sem deficiência, reivindicando-os de forma física e social para si. Além disso, quando se reterritorializam, nossos entrevistados também estão em busca de acessibilidade em todas as instâncias da vida.

2.2 Que território é esse?

Compreendo que todo território é marcado pelas relações de poder¹⁴⁷. Sendo assim, torna-se importante discutir a categoria território enquanto questão determinante ao analisar grupos e indivíduos que têm em comum a vivência de seus territórios. Nesse sentido, entendendo as diversas nuances de territórios que possam coexistir nesta pesquisa, tomamos por objetivo discutir, neste tópico, o território-cidade. Qual é a origem do local em que Órion, Siriús, Maia e Sol têm se territorializado?

Antes dos grandes prédios, das longas avenidas e dos inúmeros viadutos construídos como símbolos de progresso, o território que hoje é conhecido como Uberlândia era habitado por povos indígenas Caiapó e Krenak, conforme menciona a Cacica Kawany Tupinambá,¹⁴⁸ em diálogo com o BDGM Cultural¹⁴⁹. O livro *Tempo, espaço, vivências: Construindo História(s) de Uberlândia*¹⁵⁰ relata que a ocupação do Triângulo Mineiro pelos colonizadores conhecidos como Bandeirantes, no final do século XVIII, não foi diferente de outras regiões do Brasil, onde ocorreram conflitos violentos que levaram os indígenas sobreviventes dessa região a se estabelecerem em outras cidades. Segundo Antônio Pereira da Silva, esses eram indígenas pacíficos, bons, caçadores e violentos apenas quando reagiam à provocação. Ainda de acordo com Silva, o primeiro contato que se estabeleceu entre os bandeirantes e os indígenas foi tranquilo, entretanto, quando submetidos à escravidão, tornaram-se um grande empecilho.¹⁵¹

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ Cacica líder do movimento Oca – Centro cultural indígena Kawã Poty Guarani da cidade de Uberlândia.

¹⁴⁹ TUPINAMBÁ, Cacica Kawany; CARNEVALLI, Felipe; LOBATO, Paula. Uberlândia: Terra indígena. BDGM Cultural, 2023. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/artigos/uberlandia-terra-indigena/>. Acesso em: 05 maio 2024.

¹⁵⁰ CARRIJO, Maria *et. al.* *Tempo, espaço, vivências: construindo história(s) de Uberlândia*. Uberlândia: UFU, Instituto de História, 2008.

¹⁵¹ *Idem*, p. 42.

Após esses conflitos e a tomada das terras pelos bandeirantes, a região ficou então conhecida como Sertão da Farinha Podre. Reza a lenda que esse nome se deu pelos “hábitos dos Bandeirantes de guardar alimentos suspensos nos troncos das árvores para aliviar a bagagem ou se proverem quando necessário”¹⁵². Após anos de conflito com os indígenas e a tomada de suas terras, os bandeirantes se estabeleceram por meio das sesmarias, surgindo alguns povoados, incluindo São Pedro de Uberabinha. Durante 31 anos, o município foi subordinado à cidade de Uberaba, o que teve fim em 31 de agosto de 1888, quando foi legalmente criado o município de São Pedro de Uberabinha.

Sendo assim, com o crescimento da cidade e as aspirações de uma cidade progressista, a necessidade de uma troca de nome surgiu. Em 1929, o município recebeu o nome de Uberlândia. Quanto ao significado, ele foi e ainda é disseminado como “Terra Fértil”. O próprio site da prefeitura da cidade enfatiza, o seu significado, mencionando João de Deus como o criador do nome. No entanto, em uma rápida busca pela internet, pode-se observar algumas nuances, sugerindo que o afixo ‘uber’ pode ter sido derivado de seu antigo nome, Uberabinha. De acordo com alguns estudiosos locais, a livraria Kosmos foi o local onde deu início a especulações para a troca do nome da cidade, que quase foi nomeada como Maravilha.

Nesse sentido, ainda com o desejo de se tornar uma cidade moderna e progressista, iniciou-se o processo de interligar Uberlândia a diversas regiões do país, por meio da construção de ferrovias e rodovias. A construção dessa imagem progressista não parou por aí:

Atendendo aos interesses das elites, a Prefeitura Municipal tomou outras medidas para conseguir a tão sonhada imagem de progresso. por volta de 1903 constituído o código de posturas de Uberlândia proibindo pequenos Produtores Rurais de vender suas mercadorias na rua centrais. muitos Trabalhadores e trabalhadoras foram perseguidos e cursos de seus pontos de venda pelos fiscais, mas muitos produtores e produtoras resistiram a pressão e continuaram suas atividades nos mesmos locais. O código de postura foi elaborado várias vezes ao longo do século XX e em 1954 foi aprovado o primeiro plano de urbanização. isto contribuiu para que o Uberlândia se tornasse uma cidade atrativa para novos investimentos.¹⁵³

Dessa maneira, mesmo que de forma desigual para a população, a cidade se desenvolveu, sendo cogitada até mesmo para a capital do país. Uma pesquisa realizada no ano de 2003 destaca que, com o intuito de superar problemas existentes nas duas localidades que sediaram a capital do Brasil, Rio de Janeiro e Salvador, surgiu a possibilidade de um novo local

¹⁵² *Idem*, p. 30.

¹⁵³ *Idem*, p. 42.

para sediar a capital Federal¹⁵⁴. Esse novo local deveria atender algumas exigências, como “proteção contra-ataques marítimos, ou seja, estar localizada em território com fronteiras continentais, estrategicamente ligada aos Estados que compunham a federação e, ainda ser um local que estivesse começando uma promissora estrutura socioeconômica”¹⁵⁵. O estudo ainda revela que, apesar de Uberlândia não ter sido escolhida como a capital federal, a cidade não deixou de manter o padrão de progresso, conseguindo construir um polo industrial que alcança todo o país. Em 2024, a cidade completou 136 anos.

A cidade de Uberlândia está localizada no cerrado mineiro, mais especificamente na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a 598 km de São Paulo, capital, e a 420 km de Brasília. Atualmente, a cidade conta com uma população de 713.224 mil pessoas e uma área territorial de 4.115.206 km²¹⁵⁶. Atualmente, Uberlândia se constitui como um importante polo econômico do país, sendo conhecida como a Capital da Logística, e abrigando grandes empresas como Arcom, Algar Telecom e Martins. O município também se destaca como importante centro de saúde, oferecendo atendimento para a população da cidade e das redondezas, por meio de instituições como o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, o Hospital do Câncer, a AACD, entre outros. Além disso, a cidade recebe diversos jovens universitários de outras regiões, estudantes principalmente da Universidade Federal de Uberlândia, mas também de universidades privadas¹⁵⁷.

Dessa forma, a cidade ganha destaque sendo a segunda mais populosa do Estado de Minas Gerais. Presente nas listas das 100 melhores cidades do Brasil para se morar, Uberlândia se tornou destino para diversas famílias, sendo vista como sinônimo de melhoria de vida e de condições dignas de trabalho. Compartilho da ideia de Petuba, de que a “migração deve ser pensada como um fenômeno histórico que envolve homens, mulheres e crianças em busca de alternativas para as problemáticas colocadas pela realidade por elas vividas”¹⁵⁸. Esse foi, inclusive, o caso das famílias do meu pai e da minha mãe. Ambas as famílias chegaram à cidade

¹⁵⁴ LUZ, Elisângela Oliveira. 1977, *Uberlândia, capital federal: um sonho que não se realizou*. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

¹⁵⁵ *Idem*. p. 27.

¹⁵⁶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Uberlândia*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/uberlandia.html>. Acesso em: 05 maio 2024.

¹⁵⁷ UBERLÂNDIA, Prefeitura. Aniversário de Uberlândia progresso Uberlândia 134 anos. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2022/08/16/uberlandia-134-anos-o-progresso-pelos-olhos-do-povo/>. Acesso em 14 de janeiro de 2025.

¹⁵⁸ PETUBA, Rosângela Maria Silva. *Migrantes: trabalhadores nos descaminhos da História*. 87 f. Monografia (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997. P. 5.

de Uberlândia na década de 1990. Meu avô materno foi o primeiro a chegar, vindo para trabalhar como carvoeiro. Seis meses depois, ele trouxe minha avó e seis dos dez filhos que tinham, todos oriundos do interior da Bahia. Chegando em Uberlândia, todos trabalhavam, incluindo as crianças. Minha mãe sempre relata a época em que todos dormiam nos fornos de carvoaria, devido ao frio e à chuva, já que os barracos de lona que eram disponibilizados para moradia não resistiam a essas intempéries. Já a família do meu pai, vinda do interior de Goiás, ingressou nas construções civis, trabalhando como pedreiros, encanadores e serventes. Muitos deles, incluindo meu pai, continuam na mesma profissão até os dias de hoje. Este também é o caso de um dos nossos entrevistados: “Eu vim para Uberlândia em 1994. Vim em busca de melhoria de vida mesmo, eu morava em Feira de Santana, na Bahia, vim parar aqui eu era adolescente, tinha 16 anos [...] comecei a trabalhar aqui em Uberlândia aos 16 anos, assim que eu vim, eu já vim tipo empregado, né”.¹⁵⁹

Uberlândia se consolidou como uma cidade sinônimo de melhoria de vida. Em 1997, uma pesquisa de monografia intitulada *Migrantes: trabalhadores nos descaminhos da História*¹⁶⁰ revelou que Uberlândia teve seu contingente populacional formado por migrantes atraídos pela percepção de cidade moderna e progressista. Além disso, Uberlândia obteve um grande salto imigratório entre os anos de 1980 e 1990 de 49.247¹⁶¹. Já o Triângulo Mineiro obteve importante salto populacional entre os anos de 1970 e 2000, passando de cerca de 1.095.170 habitantes em 1970 para 1.865.652 em 2000¹⁶². Não tenho a pretensão de me aprofundar nesta temática, mas é pertinente citar que essa imagem da cidade do desenvolvimento e modernidade permanece até hoje, recebendo inclusive imigrantes. Uma reportagem do G1, com base em uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2022, relata que a cidade tem mais de 4.000 imigrantes, incluindo venezuelanos, afegãos e outros¹⁶³. Conforme o site da prefeitura de Uberlândia, a cidade possui atualmente 74 bairros aprovados. No entanto, existem bairros que ainda não são regularizados, chamados de assentamentos, onde a condição de vida ainda é precária para diversas famílias, incluindo as que vieram de outras regiões do país.

¹⁵⁹ SIRIUS. Entrevistado 3. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 03 de fevereiro de 2024, na casa do entrevistado, bairro Residencial Integração.

¹⁶⁰

¹⁶¹ BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; MARIONI, Larissa da Silva. *Migração e cidades médias: uma análise para Minas Gerais no ano de 2000*. Juiz de Fora, 2011. p. 8.

¹⁶² BESSA, Kelly Cristine Fernandes de Oliveira; SOARES, Beatriz Ribeiro. Considerações sobre a dinâmica demográfica na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. *Caminhos da geografia*, v. 3, n. 6, p. 23, 2002.

¹⁶³ UBERLÂNDIA tem mais de 4 mil imigrantes, segundo levantamento da UFU. G1. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/04/17/uberlandia-tem-mais-de-4-mil-imigrantes-segundo-levantamento-da-ufu.ghtml>. Acesso em: 28 maio 2024.

2.3 A cidade exemplo de acessibilidade?

E se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder.¹⁶⁴

Michel Foucault

O IBGE, no ano de 2010, apresentou que a cidade de Uberlândia possuía, naquela época, 523.900 pessoas com deficiência com 10 anos de idade ou mais. Já no ano de 2015, uma pesquisa feita pela PS Marketing informou que a população com deficiência na cidade era de cerca de 22.000 pessoas, ou seja, uma redução de 21.476 pessoas com deficiência. A pesquisa do PS Marketing vai além e traz outros dados importantes, como, por exemplo, a incidência de domicílios com pessoas com deficiência por classe econômica, onde a maioria da população com deficiência se concentra nas classes C e D. Além disso, a pesquisa também informa que a deficiência preponderante é a física, seguida da intelectual, auditiva, visual e, por último, a múltipla. Posto isso, é pertinente dizer que a cidade de Uberlândia conta com algumas instituições de apoio às pessoas com deficiência, como a APARU¹⁶⁵, APAE¹⁶⁶, ADEVIUDI¹⁶⁷, AACD¹⁶⁸, entre outras.

Como uma cidade que se pretende moderna e preocupada com o progresso, Uberlândia não poderia ficar de fora dos mais recentes e urgentes movimentos em prol das pessoas com deficiência. Podemos compreender que, em busca de manter seu status de progresso, a cidade procurou implementar ações voltadas à inclusão. Sendo assim, Uberlândia dispõe de algumas leis municipais que, em tese, deveriam assegurar as condições de acessibilidade e inclusão,

¹⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 75.

¹⁶⁵ A Associação de Paraplégicos de Uberlândia (APARU) foi fundada em 1979, é uma instituição criada e dirigida por pessoas com deficiência, que tem como intuito a defesa do direito e melhoria de qualidade de vida. Atualmente, a associação oferece oficinas e palestras em escolas, empresas, entre outras e espaço para reabilitação e fomento ao paradesporto. Disponível em: <https://www.aparu.org.br/projetos-da-aparu-2022/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

¹⁶⁶ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pais Uberlândia atende cerca de 350 pessoas com deficiência intelectual múltipla e autismo, faz parte de um movimento social do país de APAEs.

¹⁶⁷ A Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia (ADEVIUDI) foi fundada em agosto de 1972 e possui um caráter comunitário, assistencial, cultural e educativo, é uma instituição sem fins lucrativos.

¹⁶⁸ AACD Uberlândia foi fundada em 2001 e atende pacientes de cerca de 22 municípios de Minas Gerais. Atuando na área de ortopedia, reabilitação, fabricação de produtos ortopédicos sob medida, entre outros atendimentos. Disponível em: <https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/deleuze-gilles-guattari-fecc81lix-o-que-ecc81-a-filosofia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

conforme a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ¹⁶⁹. O site da prefeitura de Uberlândia faz questão de delimitar uma seção dentro da Secretaria de Planejamento Urbano para citar a acessibilidade na cidade. Em determinado trecho, o site informa que:

Uberlândia é referência nacional em políticas públicas em atenção às pessoas com deficiência e se tornou a primeira cidade do Brasil com 100% do transporte coletivo acessível, que foi reconhecido como exemplo de boas práticas em transporte pela ONU Habitat em 2012. O município está entre as cidades de médio porte no país com maior índice de acessibilidade.¹⁷⁰

Conforme citado, no ano de 2012 a cidade de Uberlândia recebeu o título de exemplo acessibilidade pela ONU-Habitat¹⁷¹. No entanto, somente em 2015 o título da cidade ganhou visibilidade, após repercussão em uma reportagem do *Jornal Nacional*, da Rede Globo de televisão. A reportagem destaca os benefícios de morar na cidade, como a acessibilidade para pessoas com deficiência.

Segue transcrição de trecho da reportagem:

A luta da Associação dos Deficientes valeu a pena: Uberlândia, com 600 mil habitantes, tem rampas de acesso em todas as esquinas, no centro e nos bairros, sem distinção: 100% da frota de ônibus com elevadores para quem tem dificuldade de locomoção. Piso tátil para orientar deficientes visuais em todas as calçadas, terminais rodoviários, lojas e prédios públicos. Lá, cada projeto novo de rua, prédio ou loteamento só é aprovado se tiver plano para facilitar a mobilidade dos deficientes.¹⁷²

Apesar de a reportagem apresentar Uberlândia como um verdadeiro paraíso de vivência para pessoas com deficiência, essa não é a realidade nua e crua das experiências dos moradores com deficiência da cidade. Quando perguntei ao entrevistado Órion se conhecia o título recebido pela cidade, ele respondeu: “não, não conheço essa informação. E penso que se essa é a cidade mais acessível, eu tenho medo das outras (risos).” Ele completa dizendo: “porque não tem essa acessibilidade, você anda nas calçadas, é tudo desnivelado, lixeiras onde não deveria

¹⁶⁹ BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.

¹⁷⁰ ACESSIBILIDADE. Secretária de Planejamento Urbano. Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/acessibilidade/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

¹⁷¹ A ONU-Habitat é um programa das nações unidas para os Assentamentos Humanos, ele foi fundado em 1978, e o seu foco é a urbanização sustentável, desenvolvimento urbano social, econômica e ambiental sustentável. Infelizmente não foi possível a localização do relatório referente ao ano de 2010, para utilização na pesquisa. Disponível em: <https://www.circuitourbano.org/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

¹⁷² UBERLÂNDIA é exemplo de acessibilidade para deficientes. G1. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/uberlandia-e-exemplo-de-acessibilidade-para-deficientes.html#:~:text=A%20luta%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20dos,quem%20tem%20dificulda de%20de%20locomo%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 30 jun. 2024.

estar, lugares que não tem rampa, corrimão inacessível, a própria câmara municipal, é uma vergonha entrar naquilo lá”.¹⁷³

A inacessibilidade destacada por Órion diz respeito aos enfrentamentos experienciados por ele, que tem deficiência visual, e por pessoas com outras deficiências. Devo destacar que essa foi a primeira vez que entrevistei alguém com deficiência visual, o que foi de extrema importância para descobrir outros enfrentamentos e entender aqueles que se estendem para mais de uma deficiência. A entrevistada Maia também relatou um pouco da sua perspectiva em relação à acessibilidade em Uberlândia quando perguntei como ela se locomove na cidade: “Nossa, minha filha, entre trancos e barrancos, na avenida, sofrendo o risco de morrer a qualquer momento de atropelamento, porque as calçadas são deploráveis”.¹⁷⁴

No entanto, devemos nos atentar que apesar da acessibilidade na cidade não corresponder com todas as dimensões de acessibilidade¹⁷⁵, conforme aponta o assistente social Romeu Sasaki, existe uma concordância entre os moradores de que a cidade de Uberlândia pode sim ser exemplo de acessibilidade quando comparada a cidades menores, com menos possibilidades de recurso conforme apontou Sirius:

Eu concordo com a reportagem, eu acho Uberlândia um exemplo de acessibilidade. E eu te falo porque, eu já fui para as grandes capitais do Brasil e tirando Brasília, nenhuma chega aos pés de Uberlândia. Em questão de acessibilidade, tem aqueles eh percalços que eu te falo né, que precisa de mais atenção pros para acesso que é acessibilidade, tem lugar que tem acessibilidade, igual eu te falei, e é só para sei lá, para passar num projeto da prefeitura ou coisa assim.¹⁷⁶

Lembrando que Siriús é para-atleta e, por viajar constantemente para as competições de halterofilismo, tem a oportunidade de conhecer a acessibilidade de outras cidades. É interessante observar que Maia fez o mesmo apontamento: “E o que me deixa mais triste é que eh... a nossa realidade é tudo mentira, é tudo propaganda, fala em Acessibilidade, fala em inclusão... até que a Acessibilidade é mais ou menos, Uberlândia até que é mais ou menos, é

¹⁷³ ÓRION. Entrevistado 1. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 12 de janeiro de 2024, na residência do entrevistado.

¹⁷⁴ MAIA. Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁷⁵ O assistente social Romeu Kazumi Sasaki, considerado precursor da acessibilidade no Brasil, conceitua sete dimensões, sendo elas: dimensão arquitetônica, dimensão comunicacional, dimensão metodológica, dimensão instrumental, dimensão programática, dimensão atitudinal e diversas dimensões ao mesmo tempo. Com o avanço dos estudos e pesquisas voltados à acessibilidade, a inclusão pode ter novos tipos de dimensões. VER: SASSAKI, *Op. Cit.*

¹⁷⁶ SIRIUS. Entrevistado 3. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 03 de fevereiro de 2024, na casa do entrevistado, bairro Residencial Integração.

uma cidade, a melhorzinha que tem”.¹⁷⁷ Nossa entrevistada Maia também conheceu diversas cidades e consequentemente suas acessibilidades.

O título de exemplo de acessibilidade recebido pela cidade de Uberlândia em 2012, amplamente repercutido três anos depois em rede nacional, permanece, 13 anos depois. Assim, acredito que cabem aqui alguns questionamentos. Não seria essa mais uma estratégia para manter a imagem progressista? Ou realmente a cidade se destaca no quesito acessibilidade? É muito fácil encontrar a cidade de Uberlândia em listas de sites de cidades mais acessíveis do Brasil e do mundo¹⁷⁸. No entanto, acredito na necessidade de conhecer de forma mais aprofundada a cidade e sua população com deficiência. Sendo assim, reafirmo que o intuito da presente pesquisa não é afirmar ou negar o título da cidade, uma vez que alguns moradores com deficiência até concordam com ele, mas sim explorar as relações e práticas de acesso a partir desse contexto tão peculiar.

¹⁷⁷ MAIA. Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

¹⁷⁸ Veja os sites que destacam a cidade de Uberlândia como exemplo acessibilidade: ESTADÃO SUMMIT MOBILIDADE. 6 cidades que são exemplo de acessibilidade para PCDs. Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/guia-do-transporte-urbano/6-cidades-que-sao-exemplo-de-acessibilidade-para-pcds/>. Acesso em: 5 jan. 2025; JEE ELEVADORES. Cidades que possuem maior acessibilidade no Brasil. Disponível em: <https://jeeelevadores.com.br/blog/cidades-que-possuem-maior-acessibilidade-no-brasil/>. Acesso em: 5 jan. 2025; VAI DE VOALÁ. Turismo com acessibilidade. Disponível em: <https://www.blog.vaidevoala.com.br/turismo-com-acessibilidade/>. Acesso em: 5 jan. 2025; VIAJE COM ACESSIBILIDADE. Acessibilidade urbana. Disponível em: <https://viajecomacessibilidade.com.br/acessibilidade-urbana/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

Capítulo 3 – Corpo e poder

Este capítulo busca explorar a questão do corpo e poder, analisando especificamente os corpos com deficiência ao longo do tempo e no contexto atual. Paralelo a isso, tem como intuito dar visibilidade à maneira como as pessoas com deficiência têm encontrado meios e táticas de resistir às relações de poder e ao capacitismo.

3.1 O capacitismo

Afinal, o que é o capacitismo? Com os avanços dos estudos da deficiência (Disability Studies) no Brasil, fez-se presente a necessidade de um termo que desse conta da discriminação dirigida às pessoas com deficiência. Diante disso, a antropóloga Anahí Guedes de Mello propôs:

Passemos a adotar no Brasil a tradução de *ableism* para capacitismo na língua portuguesa, por duas razões principais: a primeira é a demanda de urgência para visibilizar uma forma peculiar de opressão contra as pessoas com deficiência e, por consequência, dar maior visibilidade social e política a este segmento a segunda deriva do próprio postulado da teoria crip, ou seja, para desconstruir as fronteiras entre deficientes e não deficientes é necessário explorar os meandros da corponormatividade de nossa estrutura social ao dar nome a um tipo de discriminação que se materializa na forma de mecanismos de interdição e de controle biopolítico de corpos com base na premissa da (in)capacidade, ou seja, no que as pessoas com deficiência podem ou são capazes de ser e fazer.¹⁷⁹

Antes disso, os atos eram denominados como “discriminação contra as pessoas com deficiência” e “preconceito contra as pessoas com deficiência”. No entanto, é necessário identificá-los e nomeá-los pois só assim se reconhece a sua gravidade e se fortalece a luta e anticapacitista.

Desde então, houve um aumento, mesmo que discreto, no uso do termo em temas e pesquisas relacionadas às pessoas com deficiência. Um trabalho sobre a utilização do conceito revelou que “há uma lacuna teórica em termos de produções científicas que utilizem de um conceito fundamentado sobre o capacitismo”¹⁸⁰. De forma sucinta, o capacitismo é o termo designado “para nomear a discriminação de pessoas por motivo de deficiência,”¹⁸¹ sendo:

Estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de

¹⁷⁹ MELLO, Anahí Guedes. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, Santa Catarina, v. 21, n. 10, p. 3267, 2016.

¹⁸⁰ FORESTI, Taimara; PRESOTTO, Gabrielle Cristine; BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. O conceito de capacitismo em artigos nacionais: um estudo teórico. *Revista Psicologia Política*, v. 24, p. 8. 2024.

¹⁸¹ DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência*, São Paulo, p. 2, 2013.

capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes.¹⁸²

Vendramin, ao explorar o conceito de capacitismo, expressa que “na esfera da nomeação dos ‘ismos’ e ‘obias’ (racismo, machismo, homofobia e etc)”¹⁸³, o capacitismo tem chegado por último, pois é uma palavra desconhecida para muitas pessoas. O capacitismo opera em todas as instâncias sociais em que as pessoas com deficiência se fazem presente, seja em sua forma mais brutal, infringindo o seu direito de ir e vir ou de ocupar os mais diversos espaços, ou de maneira mais sutil.

Mesmo que o capacitismo tenha sido nomeado há pouco tempo pelos teóricos da deficiência, ele sempre existiu. As pessoas com deficiência foram mortas, institucionalizadas e segregadas em diferentes épocas da humanidade, por não corresponderem a um padrão corporal dito por muitos como “normal”. Entretanto, “a anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida”¹⁸⁴. O capacitismo se mantém presente, inclusive, nas relações de poder. Foucault afirma que o poder não é algo que se possui, mas que se exerce. Destaca ainda que o poder não se manifesta apenas em uma escala macro, mas também nas micro-relações, sejam elas familiares, profissionais e/ou afetivas.

3.2 Corpo e poder

O corpo também pode ser compreendido como um território. Compartilho da ideia de Foucault quando afirma que o “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo controlado por um certo tipo de poder”¹⁸⁵. Nesse sentido, é importante entender o poder, em Foucault, e como ele se exerce. Para o autor, o poder produz uma eficácia produtiva, “produz coisas, induz ao prazer, forma o saber, produz discurso,”¹⁸⁶ assim como “a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada,

¹⁸² BÖCK, Geisa Letícia Kempfer *et. al.* Estudos da despesa na educação: reflexões sobre o capacitismo no ensino superior. In: *Estudos da deficiência anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: Editora CRL Ltda, 2020. p. 18.

¹⁸³ VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: *Anais do III Seminário Internacional Repensando Mitos Contemporâneos: Sofia: Entre o saber e o não saber nos processos artísticos e culturais*. Memória, experiência e invenção, Campinas, UNICAMP, p. 17, 2019.

¹⁸⁴ DINIZ, Débora. *O que é deficiência?*. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 8.

¹⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 157.

¹⁸⁶ *Idem*. p. 8.

organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos”¹⁸⁷. A produção e manutenção de tais discursos se refletem nos lugares sociais impostos àqueles que fogem à norma, incluindo as pessoas com deficiência.

Além disso, Foucault afirma que o poder atravessa todo corpo social, isso significa que ninguém está fora do poder ou sem poder. Também nos diz que o “poder não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra profundamente, muito sutilmente, toda a trama da sociedade”. Ou seja, todas as relações sociais estabelecidas em nossos fluxos cotidianos exercem força e, conseqüentemente, produz relações de poder. O corpo é atravessado por essas relações, e, em *Vigiar e Punir*, Foucault sinaliza:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam¹⁸⁸

3.3 O corpo com deficiência

O corpo com deficiência é um dos principais motivos operantes do capacitismo. É um corpo não desejável, que, apesar de (in) visibilizado, também é (hiper) visibilizado. Isso ocorre porque, quando uma pessoa com deficiência adentra determinados espaços, ela rouba olhares, muitos de curiosidade e estranheza. Quando é ultrapassado esse limiar do olhar, concretizam-se as exclusões e opressões motivadas pelo corpo.

Ao longo dos anos, o corpo foi compreendido de diferentes formas, entretanto, o corpo com deficiência quase sempre com conotações negativas, sendo considerado, em alguns períodos, até mesmo monstruoso ou inumano. A trilogia *História do corpo*, embora tenha uma perspectiva eurocêntrica, em vista do ponto de vista de seus autores, pode auxiliar nesse processo de conhecer algumas especificidades do corpo ao longo da história. Na antiguidade, o corpo que fugia dos padrões era envolto por superstições e doutrinas de valores religiosos. Contudo, ocorre um momento de “*desencantamento do estranho*” promovido pela ascensão da ciência e o desenvolvimento da teratologia que:

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.). Tradução de Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do Antônio Bento. 2002.

¹⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 117.

Constituiu um dos exemplos mais frequentemente de medidas de uma secularização e de uma racionalização dos modos de observação, dos desejos e das formas de saber, cujos efeitos se fazem sentir poderosamente, entre os séculos XVI e o século XVIII nas Ciências da natureza e no ocidente.¹⁸⁹

Nesse sentido, pessoas que eram consideradas monstros poderiam ser temidas ou veneradas, ou, indo além, como afirmou Jean-jacques Courtine, autor do capítulo “O corpo inumano” do primeiro volume do livro *História do corpo: Da Renascença às Luzes*, poderiam ser compreendidas como sinais do pecado ou enviados miraculosos de Deus. A existência do “monstro” possibilita a monstruosidade, que pode ser compreendida como uma “categoria que engloba o raro, o inabitual, o excepcional”. Essa monstruosidade é advinda das curiosidades, gerando formas de comércio que envolvam a peculiaridade do corpo, como, por exemplo, a literatura:

Os monstros constituem dos assuntos favoritos destas folhas ocasionais, às vezes batizadas de “jornalecos” [...] No entanto, qual é o assunto dessas folhas ocasionais? Elas relatam os crimes, sacrilégios, roubos, homicídios ou duelos, assim como sua justa punição detalham as tonalidades naturais as epidemias [...] Difundem-se assim na cidade, sobretudo a partir da segunda metade do século XVI, folhas avulsas e libretos, geralmente vendidos por pregoeiros, só instrucionalmente em loja: um título anuncia, qualifica, data e localiza o prodígio: uma imagem representa um monstro, um breve texto relata a história de sua aparição indica, para terminar a lição que se deve tirar.¹⁹⁰

A deia da monstruosidade como entretenimento dominou o século XIX, com exposições de “monstros”. Henri-Jacques Sticker disserta que esses momentos aconteciam com a saída das famílias aos domingos, passando por hospitais como o *Bicentrê*, para apreciação dos considerados monstros. O autor conclui dizendo que a prática popular se torna uma indústria: “indústria do espetáculo, indústria de produção de monstros”¹⁹¹. Tal prática também ocorria nos Estados Unidos, nos conhecidos Circos de Horrores (*Freak Shows*), que detinham notória popularidade. Jean-Jacques Courtine afirma que “o monstro só teria escapado ao universo do sagrado para cair sobre a jurisdição da ciência”¹⁹². Por fim, essa dessacralização do corpo monstruoso se fez mais rapidamente a partir do século XVII e por todo o século XVIII.

De acordo com Henri-Jacques Sticker, o final do século XVIII promoveu uma fratura histórica em relação às pessoas consideradas enfermas, com o surgimento da ideia de educá-las, possibilitando novos olhares sobre esse grupo. “O dilema que se colocava durante todo o

¹⁸⁹ CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Volume 1 - Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 488.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 493.

¹⁹¹ *Idem*, p. 363.

¹⁹² *Idem*, p. 489.

século a estes dois pontos como conferir uma normalidade ao corpo enfermo e fazer desaparecer sua aparência chocante ao mesmo tempo, em que sublima a sua anormalidade?”¹⁹³. Nesse sentido, é pertinente dizer que a ideia de educar as pessoas consideradas enfermas se restringia principalmente àquelas com deficiência visual e auditiva, enquanto os “enfermos físicos, aqueles cujo corpo está estropiado, mutilado ou disforme, eles não dispõem de instituição de Educação Especial eles também erram entre suas famílias, na rua, no hospício ou no hospital”¹⁹⁴. No entanto, mesmo a educação para surdos e mudos enfrentou obstáculos para sua efetivação, visto que, no Congresso Internacional de Milão, as discussões sobre a instrução a educação para surdos que tratava o embate sobre o método oral *versus* a linguagem gestual:

É fortemente reafirmada a ideia antiga que a gesticulação não é digna do homem civilizado, sendo o próprio dele a linguagem oral. o corpo não deve tomar o lugar do espírito: a mímica é uma regressão que manifesta o caráter insuportável da enfermidade. ao fazer com que os surdos tenham acesso à oralidade, seria possível ao contrário normalizar a enfermidade¹⁹⁵.

Pensando mais especificamente o corpo no século XX, podemos chamar a atenção para as duas Guerras Mundiais. Durante a Segunda Guerra, a Alemanha nazista de Hitler implementou o programa Eutanasia T-4, no qual aqueles que representassem ameaça à “raça ariana” eram executados. “Muitos alemães não queriam ser lembrados por indivíduos incompatíveis com seu conceito de “raça superior”¹⁹⁶ e cerca de 200.000¹⁹⁷ pessoas com deficiência foram mortas. Rouzeau, no capítulo o Corpo e a Guerra, do terceiro volume de *História do Corpo*, afirma que “toda experiência de guerra é, antes de tudo, experiência do corpo”¹⁹⁸. Como já mencionado, as grandes guerras proporcionaram um aumento considerável de pessoas com deficiência no mundo e revelaram que “as terríveis cicatrizes de mutilações resultantes de uma luta em batalha podem levar seus portadores, em tempos de guerra, a posição privilegiada de heróis e a serem admirados e valorizados”¹⁹⁹. No entanto, é ingenuidade pensar que essa visão de herói prevaleceu, e mais ingênuo ainda pensar que isso causou grandes

¹⁹³ *Idem*, p. 352.

¹⁹⁴ CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo* – Vol. 2: Da Revolução a Grande Guerra. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 353.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 352.

¹⁹⁶ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. The murder of people with disabilities. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-murder-of-people-with-disabilities>. Acesso em: 03 de out. de 2024.

¹⁹⁷ *Idem*.

¹⁹⁸ CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo* – Vol. 3. As mutações do olhar. Século XX. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 365.

¹⁹⁹ PICOLLO, Gustavo. *Um pensar sociológico da deficiência*. Curitiba: Annis, 2015. p. 22.

transformações, principalmente nos Estados Unidos. A respeito disso, podemos mencionar as reivindicações das pessoas com deficiência em busca de acessibilidade. Um evento mundialmente importante que demonstrou a urgência da acessibilidade foi o protesto 504 *Sit-in*, ocorrido em 1977. Neste protesto, 150 pessoas com deficiência ocuparam um prédio federal em São Francisco, na Califórnia, durante um mês, onde reivindicavam principalmente seus direitos civis e a acessibilidade. Como resultado, a Lei 504 foi assinada nos Estados Unidos, por meio da qual começaram a ocorrer mudanças significativas em relação aos espaços públicos, calçadas e prédios federais. Nesse evento, as pessoas com deficiência usaram seus corpos para ocupar e reivindicar seus direitos.

Abrasilizando este contexto do corpo na História, o Brasil, não diferente de outras colônias europeias, “foi usado como depósito dos indesejáveis, como lugar de degredo para grandes e pequenos criminosos, para o heréticos, pecadores da carne, ciganos, prostitutas funcionários corruptos e, principalmente africanos”²⁰⁰. No século XIX, iniciou-se o que pode ser chamado de intervenção do poder médico. A chegada da família real ao Brasil exigiu a modernização do espaço, “limpar as ruas da paisagem humana que ocupava: escravos, e os moleiros, loucos e maltrapilhos”²⁰¹. O que deu início ao discurso higienista do período. Adriana Dias enfatiza que, em quase todos os países do mundo, os programas de saúde tinham como foco a vigilância da doença da incapacidade. Neste contexto, “o *locus* da incapacidade é mirado apenas no aspecto biológico ao invés de pensá-lo como socialmente construído”²⁰². Ainda conforme a autora, as políticas de eugenia eram baseadas na esterilização em massa, de modo forçado ou por meio de assassinato, de grupos considerados de alto risco genético.

Em virtude de décadas de uma sociedade pautada em padrões, podemos denominar, como McRuer, que vivemos em uma época que predomina a capacidade corporal compulsória²⁰³. O autor argumenta que o neoliberalismo e a condição da pós-modernidade exigem cada vez mais de sujeitos corporalmente capazes e heterossexuais. A tese de doutorado *Vocês bípedes me cansam*, de Carlos Eduardo Oliveira, pessoa com deficiência, dançarino, ator e professor de dança, é um reflexo de como a corponormatividade tem influenciado diversos

²⁰⁰ LOBO, Lilian Ferreira. “Exclusão e inclusão: fardos sociais das deficiências e das anormalidades infantis no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; MANTINO, Márcia (Orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.

²⁰¹ *Idem*, p. 413.

²⁰² DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência, São Paulo, p. 1-14, 2013. p. 9.

²⁰³ MCRUER, Robert. *Teoria Crip: signos culturais entre o quer e a deficiência*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2024.

campos, incluindo as artes. Influenciado pela Teoria Crip, Oliveira criou o conceito de *Bipedia Compulsória*. O autor aponta que identificou a Bipedia Compulsória “no campo da Dança, a partir de estruturas que norteiam suas práticas e pensamentos forjados pelo corpo sem deficiência”²⁰⁴. A Artista contemporânea Stela Lapponi, autora do livro *Corpo Intruso*, explica:

O locomover-se sobre dois pés é um dos fatores que nos diferencia enquanto espécie, mas não é o único. Põe o desenvolvimento do sistema nervoso e consequente "tipo de inteligência" que nos levou a criação de ferramentas e organização abre parêntese enquanto comunidade) que marcam a diferença entre o animal- homem e o animal-bicho digamos assim.²⁰⁵

Lapponi finaliza dizendo que o corpo que não segue a iconografia evolutiva é considerado um “bicho” e não um ser humano.

Nesse sentido, podemos compreender que as normas culturais e sociais construídas historicamente se tornam excludentes e segregativas em relação aos corpos considerados “incapazes”. E, apesar dos avanços relacionados aos direitos das pessoas com deficiência no contemporâneo, ainda não foi possível romper em sua totalidade com ideias corponormativas. No entanto, os corpos com deficiência e seus donos têm avançado na recusa da compreensão da deficiência como uma tragédia. É importante reconhecer que as pessoas com deficiência têm encontrado meios para transformar seus corpos em território de resistência. A experiência corporal de um sujeito com deficiência é única; ele/a tem uma visão de mundo e de vida muito específica. Eduardo Oliveira, ao introduzir a Bipedia Compulsória, apresentada acima, relata que:

Desde criança, eu gostava de explorar maneiras distintas de me locomover. Eu me deslocava diferente das pessoas com quem convivia mas, em nenhum momento pensava que aquilo me tornava inferior, muito pelo contrário; me arrastando pelo chão eu tinha uma perspectiva diferente de mundo, o que me permitia conhecer as coisas de maneira distinta das demais pessoas.²⁰⁶

Isso nos mostra como as percepções da deficiência têm se transformado a partir das próprias pessoas com deficiência. Considero pertinente apresentar um trecho da carta que Eduardo direciona aos bípedes em sua tese:

Deixe-me explicar que a bipedia, na minha perspectiva, é a estrutura sócioeconômica-cultural-política que determina o que é normal e o que é anormal, capaz e incapaz no recorte que estabeleço no campo da Dança. O que apresento como bipedia não se trata

²⁰⁴ CARMO, Carlos Eduardo Oliveira do. *Vocês, bípedes, me cansam!* Modos de aleijar a Dança como contranarrativa à bipedia compulsória na Dança. 226 f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Universidade do Estado da Bahia, 2023. p. 169.

²⁰⁵ LAPPONI, Estela. *Corpo intruso: uma investigação cênica, visual e conceitual*. São Paulo: Casa Zuleica, 2023. p. 21.

²⁰⁶ *Idem*, p. 165.

da maneira de andar. Eu não estou dizendo sobre como você se desloca ou a galinha e o canguru. Falo sobre o sistema de opressão pautado numa construção, também histórica, da normalidade, assim como é construída a ideia de deficiência.²⁰⁷

Em 2024, aconteceram, em diversas cidades do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília entre outras, Paradas do Orgulho PCD, sendo que a primeira realização do evento aconteceu no ano de 2023, na avenida Paulista. A primeira parada do orgulho PCD no Brasil ocorreu no ano de 2023, na avenida Paulista. De acordo com uma das redes sociais que fomentam as paradas, elas têm como um dos seus objetivos ser “uma manifestação regional, histórica que celebra a diversidade de corpos”²⁰⁸. A realização de eventos como esses reforçam a necessidade de que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas. Além disso, implica em momentos de pertencimento e autovalorização, que estão ultrapassando as barreiras dos eventos e invadindo o cotidiano de pessoas com deficiência. Um exemplo é a resposta de Sirius, quando perguntado sobre como observa ser visto na sociedade? “Eu me sinto tão bem, eu me acho tão positivo que eu acho que as pessoas me veem assim ‘nossa, aquele cara é demais, olha lá, o cara não para, o cara tá em todo lugar, o cara corre atrás das coisas dele’”²⁰⁹.

Nesse sentido, além da autovalorização de Siriús, outros participantes da pesquisa se mobilizam de forma artística, como é o caso de Maia, cantora e digital influencer, e Órion, que também canta e toca alguns instrumentos musicais. É importante mencionar que mesmo que talvez não tenham consciência, esta é uma forma de resistir. Portanto, é preciso reafirmar que essas ações desafiam, mesmo que implicitamente, o capacitismo e os estereótipos ligados a esse grupo de pessoas. A exemplo disso, Maia diz para quem quiser ouvir: “a minha praia é os palcos”. Ela ainda enfatiza:

Meu maior sonho é fazer a nossa classe ser mais unida e lutar, não as pessoas ter dó de nós, achar que nós somos incapazes e nem dar uma bolsa para nós porque é cadeirante, porque é cego, porque tem alguma deficiência, mas sim porque somos inteligentes, somos capazes, igual, eu não quero um palco da vida porque não existe cadeirante, eu quero um palco da vida porque eu canto, eu tenho esse talento, eu tenho esse dom e é isso que eu quero colocar na cabeça de qualquer um.²¹⁰

²⁰⁷ CARMO, Carlos Eduardo Oliveira do. *Op. Cit.*, p. 181.

²⁰⁸ PARADA DO ORGULHO PCD. A parada do orgulho pcd. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9xPpVgutjP/?igsh=MThyMjAxNmMzNzA0Ng==>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

²⁰⁹ SIRIUS. Entrevistado 3. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 03 de fevereiro de 2024, na casa do entrevistado, bairro Residencial Integração.

²¹⁰ MAIA. Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

A narrativa de Maia é muito instigante, pois oportuniza ficarmos diante da percepção de uma pessoa com deficiência que se entende pertencente a uma categoria, uma “classe” que precisaria atuar de forma coletiva na busca por seus direitos. Vale lembrar que é uma narrativa e percepção muito potente, e que também desterritorializa, pois não quer a condescendência, a caridade ou a compaixão – tudo isso travestido de capacitismo – mas quer ser (re)conhecida na plenitude de todas as suas capacidades, como a de uma talentosa cantora. Maia ainda faz uma crítica à falta de oportunidades artísticas para as pessoas com deficiência:

Não existe, eh... ator, cantor PCDS, de todas as áreas. Não existe cantor, não existe ator, não existe. E quando existe, é gente que anda, é gente que enxerga e faz um papel que deveria ser nosso. Você acha que não tem um cadeirante, um cego que possa atuar? Um cantor, mas... Não tem por que, ninguém investe em nós.²¹¹

Mais uma vez, somos chamados à reflexão e análise dessa realidade no campo artístico, sabendo que pode ser expandida a diversas outras áreas da sociedade. Há um senso comum, uma perspectiva bastante naturalizada, a respeito da representação e atuação de pessoas com deficiência (PCDs) no campo da arte, mas a presença de atores e atrizes na condição de PCDs na cena artístico-cultural ainda é rara. Quando ocorre, podemos dizer que esses casos são excepcionais.

A demanda apresentada por Maia se conecta com a perspectiva de outro entrevistado, Órion, que nos confidenciou ter como hobby a música, participando de aulas de canto e piano. Tais mobilizações culturais são formas de estar e ocupar espaços da sociedade que, ainda hoje, não têm estruturas para receber as pessoas com deficiência, visto que a acessibilidade e inclusão estão ligadas quase que instintivamente à saúde e à educação. Vale dizer que estamos falando de inclusão e o acesso aos espaços públicos, na maioria das vezes, como espectadores e não efetivamente como agentes culturais, por exemplo. Esta portanto, é mais uma frente de disputas e desterritorialização que exige reflexão, análise e ação política.

3.4 Corpos que resistem

É evidente que todos os corpos estão marcados de alguma forma pelas relações de poder existentes em nossa sociedade, mas os corpos que se encontram fora dos padrões de normalidade estão mais profundamente marcados por elas. Devemos compreender que, assim como outros corpos, eles se expressam, sentem, celebram, sonham e, sobretudo, resistem.

²¹¹ *Idem.*

Nossos entrevistados relataram algumas experiências em que podemos identificar seus corpos como alvo de capacitismo. Além disso, também podemos observar nestes relatos o modo pelo qual as relações de poder se exercem. Iniciaremos com o relato da nossa segunda entrevistada, Maia. Para melhor entendimento de sua narrativa, se faz necessário uma síntese de sua história de vida. Maia teve uma infância e adolescência atravessadas por conflitos familiares, que a levaram a sair de casa. Por anos, ela buscou abrigo e afeto em territórios religiosos, tornando-se membro de igrejas evangélicas e morando por anos em casas de irmãos membros da igreja. No entanto, ao buscar afeto no território religioso, se viu mais uma vez sozinha. Sem condições de se manter, optou por morar em rodoviárias. Mesmo com todas as decepções relacionadas à religião, seguiu cantando e pregando. A decisão de morar em rodoviárias foi tomada logo após uma pessoa que lhe oferecia abrigo pedir a Maia que encontrasse outro lugar para morar:

Aí eu prometi que nunca mais eu morava com ninguém. Aí foi nesse ponto que eu fui morar em rodoviárias, eu fiz uma mala enorme [...] Eu fiz minha mala e falei agora eu não moro com mais ninguém, e fui pra estrada da vida, cantar, pregar, e quando as pessoas perguntavam “onde você mora”? Moro na estrada da vida, para não contar que realmente morava em rodoviária.²¹²

Por meio de sua narrativa, podemos identificar certo incômodo em revelar que morava em rodoviárias. Além disso, ao prometer que não iria morar com mais ninguém, ela revela que já passou por situações semelhantes de abandono e que é inadmissível passar por essa experiência dolorosa novamente. Maia ainda confidenciou que, apesar de viver constantemente precisando de ajuda nas rodoviárias para comer e tomar banho, aquele foi o momento mais feliz da vida dela. Quando indaguei o motivo, ela respondeu: “porque eu conheci pessoas diferentes, culturas diferentes, é muito gostoso, sabe?”. Seria possível pensar, com essa frase, em uma forma de positivar o que parece ter sido um período bastante complexo e dolorido? Conhecer e estar com pessoas e culturas diferentes não é algo que parece ser fácil ou muito viável para uma pessoa com dificuldades de locomoção e, embora essa experiência tenha sido delicada e dolorosa, parece ter oportunizado à entrevistada.

Depois de 20 anos morando em rodoviárias, Maia criou raízes em Uberlândia e, até o momento da entrevista, morava com um amigo de longa data, embora pareça que ele se retirou de sua casa. Mesmo esporadicamente, Maia manifesta que gosta de frequentar igrejas de todas

²¹² MAIA. Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

as religiões e diz que “o problema está, entre aspas, na liderança”. Quando perguntei a Maia se atualmente frequentava alguma igreja, ela respondeu:

A igreja hoje, a minha postura é totalmente diferente, a minha postura hoje. eh... não é idiota. Primeiro porque eles colocam todas as pessoas que têm problemas... lá no fundo para não ser filmados, porque isso aí eu já ouvi o pastor. uma vez sentei na frente, o pastor falou assim: “ó, senta lá atrás”, aí eu pensei, por que? [...] Mas aí eu escutei a filmadora que ia ficar feio na fita, na filmagem.²¹³

Este relato, infelizmente expressa o quadro social que se repete cotidianamente na vida das pessoas com deficiência, ele escancara o lugar imposto para esses corpos. Ao que nos parece, a igreja, assim como as demais instituições relegam esses corpos ao “fundo”, para não serem vistos ou não “prejudicarem” a imagem que se pretende publicizar aos seus fiéis. Isso parece bastante contraditório com o entendimento de uma perspectiva cristã, para citar apenas uma perspectiva religiosa.

Judith Butler designa a palavra “abjeto” para “aquelas zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito”²¹⁴, para corpos considerados abjetos. Em seu livro *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*, Butler discute as materialidades dos corpos, as performatividades de gênero e as práticas discursivas que os moldam. A discussão da autora se aplica perfeitamente à questão da corponormatividade e dos corpos com deficiência, pois, em determinado momento, a autora afirma que:

[...] sexo é um construto ideal forçadamente materializado ao longo do tempo. Não se trata de um simples fato ou uma condição estática do corpo, mas de um processo no qual normas regulatórias materializam o “sexo” e alcançam essa materialização com uma reiteração forçada dessas normas.²¹⁵

O corpo sem deficiência também pode ser considerado como um construto ideal, materializado ao longo do tempo e idealizado por discursos e normas regulatórias que impõem um tipo de corpo ideal e produtivo. Quando alguém foge a esse padrão, é segregado e excluído, como podemos observar no caso de Maia.

Outro ponto a ser destacado na fala de nossa entrevistada é a forma com a qual se refere às pessoas com deficiência, como “problema”. É preciso entender que as pessoas com

²¹³ *Idem.*

²¹⁴ BUTLER, Judith. *Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019. p. 22.

²¹⁵ *Idem*, p. 1.

deficiência, assim como as pessoas sem deficiência, estão imersas no capacitismo estrutural, tomadas por hábitos e falas cotidianas que permanecem no cenário social ao longo do tempo.

Os corpos com deficiência são facilmente e intencionalmente ignorados. Não obstante todos os enfrentamentos resultantes de uma sociedade não sensível à diversidade corporal, estes corpos têm sido impedidos de usufruir das práticas de mobilidade. Vejamos este caso: nosso entrevistado Siriús, que tem deficiência física e utiliza da cadeira de rodas para se locomover, nos relata a seguinte situação ao precisar utilizar um aplicativo de carro para transporte: “acontece de o cara passar, chegar para buscar, ver que é um cadeirante, no meu caso já aconteceu demais, e ir embora. “Ah, vou fazer o retorno”, arrancar ir embora”²¹⁶. Ele ainda afirma: “Assim, é querer, no meu caso é querer, porque eu consigo entrar sozinho, eu consigo sair sozinho do carro, então é o cara querer desmontar minha cadeira, pôr no porta-mala”²¹⁷. Ao utilizar a palavra “querer” para descrever a (in)disposição do motorista para desmontar a cadeira e levá-lo, podemos fazer algumas reflexões. No dicionário, a palavra “querer” apresenta como umas de suas definições “expressar a intenção ou a vontade de; desejar”, ou seja, o “querer” mobiliza a ideia do depender. No caso de Sirius, ele precisa que o outro queira para, só assim, usufruir do serviço solicitado. Isso também nos diz sobre como as pessoas com deficiência ainda são impedidas de ir e vir, de ocupar determinados espaços. Nosso entrevistado também enfatiza mais de uma vez a importância de sua autonomia para entrar e sair sozinho do carro, o que podemos compreender como um esforço para demonstrar sua capacidade. Quanto menos uma pessoa com deficiência você parecer, e mais atividades você conseguir realizar de maneira que você seja compreendido como capaz, mais aceito você é, ou seja:

[...] quanto mais afastado do tipo padrão uma pessoa se apresentar menos humana parecerá aos demais e, em consequência, menos direitos lhe serão garantidos. Isso porque, o grupo dominante, que é em geral aquele que personifica o ‘tipo ideal’, tende a padronizar todo o entorno ao seu redor, de modo que melhor lhe convenha.²¹⁸

Ouvindo o relato de Sirius, recordo-me de minhas próprias experiências, e do quanto as deficiências são diversas. Por utilizar uma cadeira de rodas motorizada, eu nunca cogitei utilizar os aplicativos de transporte, porque a cadeira motorizada não pode ser desmontada e/ou guardada. Assim, sempre que preciso de um transporte com segurança, eu solicito um Táxi acessível, que cobra valores absurdos pelas corridas. Além disso, a cidade de Uberlândia possui

²¹⁶ SIRIUS. Entrevistado 3. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 03 de fevereiro de 2024, na casa do entrevistado, bairro Residencial Integração.

²¹⁷ *Idem*.

²¹⁸ PICCOLO, Gustavo. *Op. Cit.*, p. 163.

o Porta a Porta, um programa municipal que reúne um conjunto de vans acessíveis para locomoção de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e pessoas em hemodiálise. A circulação das vans acontece dentro da cidade, transportando os passageiros para centros de saúde e instituições educacionais. Essa realidade destaca que sem esse programa, eu mesma não teria conseguido concluir minha graduação e o mestrado, visto que o transporte coletivo da cidade (ônibus) não oferece a segurança e autonomia necessárias para as pessoas com deficiência. No entanto, o programa também apresenta algumas barreiras, pois, por ser um transporte destinado à saúde e à educação, as pessoas com deficiência não têm direito de utilizá-lo para o lazer. O programa funciona bem para compromissos fixos semanais, mas, para sua utilização em eventos não fixos, é preciso ligar com dois dias de antecedência para reservar um lugar no transporte e contar com a sorte, pois há um número limitado de vagas disponíveis por dia.

Ainda pensando nos espaços que as pessoas com deficiência têm ocupado, nosso entrevistado, Órion, ao contar um pouco do seu cotidiano, relatou que frequenta uma academia de esportes. Ele enfatiza:

Eu frequento uma academia a duas ruas da minha casa. É um espaço que eu considero até acessível. As pessoas são bem acolhedoras, os instrutores me orientam, né, nos equipamentos; é por isso que eu prefiro fazer lá porque eu já sofri preconceito ao tentar ingressar em outra academia. Então lá eu me senti bem acolhido.²¹⁹

É nítida a satisfação de Órion por ser bem acolhido na academia, mas é interessante refletir a partir do que foi dito. Por quantas academias Órion teve que passar até encontrar uma em que se sentisse contemplado, mesmo que de forma “considerável”? Além disso, por mais que ele tenha a escolha de realizar ou não as atividades, não pode simplesmente escolher o local com base nos seus equipamentos ou na sua localidade?

Como podemos observar, são diversas as experiências relacionadas aos acessos das pessoas com deficiência aos espaços sociais: centros religiosos, mobilidade urbana e academia. O caso de Maia, infelizmente, expressa o descaso das instituições religiosas, que em determinados períodos utilizam as imagens de pessoas com deficiência, como parte da efetivação da cura que alegam promover, mas que, em outros momentos, como no ocorrido com nossa entrevistada, reservam a essas pessoas os fundos de seus estabelecimentos. Ainda é preciso destacar a dupla opressão que Maia sofre, por ser pessoa com deficiência e mulher. As experiências das mulheres com deficiência frente ao capacitismo, capitalismo e patriarcado

²¹⁹ ÓRION. Entrevistado 1. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 12 de janeiro de 2024, na residência do entrevistado.

tendem a resultar em situações de “isolamento, de discriminações, de exclusão invisibilizada e silenciamento”²²⁰, tornando-as um grupo de extrema vulnerabilidade, que encontra dificuldades até mesmo na efetivação de denúncias, visto que a grande maioria das delegacias não possuem nenhum tipo de acessibilidade. Entretanto, apesar dessa vulnerabilidade, Maia destaca que tem planos para a classe das mulheres com deficiência: “eu quero mudar isso, eu quero que nós, da nossa classe, vejam que nós somos lindas, nós somos sexys, que nós somos mulheres... que podemos chegar aonde que quisermos, nós podemos ser o que quisermos”²²¹.

Voltando a pensar nos relatos de Órion e Sirius, podemos compreender que até mesmo as escolhas cotidianas são implicadas de alguma forma pelas relações de poder e refletidas nas acessibilidades, como foi possível observar com Órion e a academia e Sirius e o carro de aplicativo; ambos têm escolhas determinadas a partir do que os outros podem oferecer.

Os corpos que resistem têm encontrado meios de coexistir em um mundo alicerçado e nutrido por padrões de corponormatividade e relações de poder. Dessa forma, se faz importante visibilizar as táticas que têm sido desenvolvidas pelas pessoas com deficiência frente aos enfrentamentos cotidianos. Sendo assim, as discussões deste tópico terão como base o livro *A Invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau, no qual são apresentadas as estratégias e táticas que envolvem a sociedade. Certeau define estratégias como

o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem ingerir as relações como uma exterioridade de alvos ou ameaça (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).²²²

A partir da citação acima, podemos compreender que a estratégia é o meio pelo qual uma instituição possuidora de saber e de poder exerce controle em determinados espaços ou situações externas a ela própria. Já as táticas, o autor as define como “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe oferecer a condição de autonomia”.²²³ Certeau ainda enfatiza que a tática é o movimento dentro do campo da visão do inimigo, campo este, controlado por ele. Fazer uso das táticas diz respeito a ser vigilante quanto “às falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder

²²⁰ LIMA, Aleska; CONSTANTINO, Caroline. Feminismo defixa: Lutas e perspectivas. In: FERREIRA, Jorgetânia. ORSI, Gabriela. *Feminismo das Maiorias*. São Paulo: Usina Editorial, 2022. p. 144.

²²¹ MAIA. Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

²²² CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 46.

²²³ *Idem*, p. 100.

proprietário”²²⁴, para, assim, oportunizar a criação de táticas que lhe renovam os espaços e as ações que favorecem, mesmo que ele não tenha o controle total sobre elas. A exemplo disso, Michel Certeau cita o caso dos indígenas:

Há bastante tempo que tem se estudado que equívoco rachava, por dentro o “sucesso dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas a subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir.”²²⁵

Dessa forma, pode-se afirmar que, mesmo com as leis e regras que eram impostas aos povos indígenas pelos colonizadores, eles tinham como tática incorporá-las de forma que pudessem ser beneficiados à sua maneira, sem, contudo, fugir do sistema que lhes era imposto. De maneira semelhante, podemos observar a utilização de táticas no cotidiano das pessoas com deficiência. Vejamos o caso de Sol: durante a realização do seu mestrado, foi preciso que se deslocasse através de ônibus interestaduais de Uberlândia para São Paulo. Na ocasião, Sol nos confidenciou que os recursos financeiros que recebia não eram suficientes para custear suas passagens:

Eu não tinha dinheiro para pagar passagem, a bolsa não era suficiente, não dava, você vai pagar passagem toda semana né, aí eu consegui da Nacional Expresso né, uma um quantitativo, então a Nacional me dava 50%, de passagens, a Nacional Me dava 50% das passagens de ida né [...] então uma semana eu pagava a outra semana eu ia *free*, uma semana eu pagava, outra semana ia *free*. Bom, aí o que que aconteceu eu tinha que voltar né.²²⁶

Como as passagens eram só de ida, Sol precisou encontrar uma tática para conseguir as passagens de volta e concluir o seu curso de Mestrado:

Aí o que eu fazia, um colega me sugeriu conversar com o pessoal da Secretaria do Desenvolvimento Social e Trabalho, que na época quem que era secretária, já falecida, Nilza Luz, eu fui lá conversar com ela, e ela falou “olha, eu posso te apoiar com uma passagem, só que tem o seguinte, eu não posso te dar passagem de volta, eu tenho que te dar passagem de ida”, aí eu falei “mas por que que tem que ser a passagem de ida?”, “porque toda semana eu vou eu vou justificar o seguinte, você é indigente, você se importa com isso?”, falei “não, não vou me importar com isso não, eu quero a passagem” [...] aí eu fui na Nacional de novo falei “escuta, em vez de vocês dar me dar 50% na ida, dá para mudar, ser na volta?”, eles concordaram, expliquei a situação, então toda semana eu ia lá na rodoviária tirar a passagem de ida.²²⁷

²²⁴ *Idem*, p. 101.

²²⁵ *Idem*, p. 39.

²²⁶ SOL, Entrevistado 4. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 19 de fevereiro de 2024, no local de trabalho do entrevistado.

²²⁷ *Idem*.

Observemos outro caso do que pode ser considerado uma tática. Como já citei, nossa participante Maia morou por anos em rodoviárias do Brasil. Quando perguntada sobre a escolha das rodoviárias como local para viver, ela respondeu:

Lá não teria perigo de eu ser roubada, não teria esse tipo de perigo de ser estuprada ou morta ou assaltada, alguma coisa, porque tem guarda, tem policial, povo lá já me conhecia, certo? E também me dava muitas coisas para comer, era bom.²²⁸

É interessante observar a utilização desse espaço público por Maia como uma tática de segurança. Embora se trate de uma tática, é certo dizer que as populações em situação de rua enfrentam uma vulnerabilidade social agravada pela não eficácia das Políticas Públicas Sociais. O artigo intitulado “Proteção social e pessoas com deficiência em situação de rua: Reflexões sobre a última década (2010-2020)”²²⁹ destacou que as pessoas com deficiência em situação de rua experimentam diversas barreiras, incluindo urbanas, sociais e institucionais.

Nesse sentido, podemos refletir sobre as inúmeras possibilidades de táticas que as pessoas com deficiência desenvolvem, algumas em prol de sua segurança ou para facilitar os afazeres do dia. Apesar das diferentes motivações, todas têm em comum um objetivo: RESISTIR. Finalizo este tópico com a fala de Maia, ao ser questionada sobre um momento que marcou sua vida:

O meu melhor momento foi recuperar de novo a minha identidade, o meu eu, me achar, porque eu tinha me perdido...pelos preconceitos, pelas humilhações e por achar o que as pessoas achavam, se ia gostar de mim, eu queria ser amada sabe a qualquer preço. Minha maior alegria foi descobrir quem eu sou, eu me achar de novo, eu sei quem eu sou.²³⁰

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foi possível observar que as relações de poder atravessam a sociedade sob inúmeras formas e circunstâncias, inclusive no que diz respeito à acessibilidade e a cidade. Nesse contexto, ser uma pessoa com deficiência e morar em uma cidade considerada exemplo nacional de acessibilidade seria, em teoria, sinônimo de menos enfrentamentos cotidianos. Contudo, se nem todos os relatos dos moradores possuem concord

ância quanto ao título que a cidade recebe, o que a faz ser exemplo? A ideia de progresso vinculada à cidade, desde sua criação, foi perpetuada ao longo dos anos, e essa narrativa, em

²²⁸ MAIA. Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

²²⁹ DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência, São Paulo, p. 1-14, 2013.

²³⁰ *Idem*.

paralelo ao título recebido em 2010, parece contribuir para a invisibilização das barreiras relacionadas à acessibilidade enfrentada por pessoas com deficiência. A acessibilidade divulgada pela mídia e pelos órgãos da prefeitura da cidade não diz respeito à acessibilidade vivenciada. Mesmo entre os participantes da pesquisa que reconhecem que Uberlândia pode ter um nível de acessibilidade maior do que em outras cidades, os relatos revelam desafios significativos. Dessa forma, a ideia de progresso e de cidade exemplo de acessibilidade são confrontados diretamente pelas vivências e experiências de pessoas com deficiência que residem em Uberlândia.

As relações de poder se fizeram presente nas vidas acadêmicas e profissionais de nossas estrelas. Os casos de Sol e Órion, por exemplo, revelam como as barreiras arquitetônicas e atitudinais no ensino superior continuam refletindo estereótipos e concepções capacitistas que atravessam gerações. Apesar de terem cursado graduações na mesma instituição em períodos distintos, ambos enfrentaram desafios semelhantes quanto à entrada e permanência na universidade. Nesse sentido, é importante reconhecermos que apesar das mudanças significativas que ocorreram ao longo dos anos, relativas à inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, ainda existem enfrentamentos semelhantes, e outros que ainda surgem, indo além da questão arquitetônica dentro das universidades.

Do mesmo modo, as relações de poder e o capacitismo estrutural também permeiam dinâmicas familiares e relações afetivas. Como Foucault aponta, as relações de poder não operam somente de uma forma macro, mas também micro, como foi o caso de Maia, ao relatar que sua família não considerava a ideia de uma criança com deficiência frequentar a escola. Ainda no campo das afetividades, Órion compartilhou as dificuldades de se relacionar e fazer amizades depois que adquiriu a deficiência visual, o que também pode ser percebido como uma das formas das relações de poder influenciam diretamente na acessibilidade emocional e social, contribuindo para o isolamento e exclusão. Sendo assim, pode-se afirmar que as relações de poder têm mecanismos e discursos que operam em conjunto com o capacitismo, impedindo as pessoas com deficiência de usufruir das práticas de acessibilidade.

Nesse sentido, pude compreender, ao longo da pesquisa, que, mais do que identificar como as relações de poder permeiam a vida das pessoas com deficiência e entender que esses corpos, fora dos padrões corponormativos, têm sido marcados mais profundamente por elas, é preciso reafirmar o que fazem esses corpos frente a essas relações de poder e à falta de acessibilidade. Como pessoas com deficiência têm encontrado meios de resistir a uma sociedade estruturalmente capacitista, reafirmando que não são passivas diante das opressões?

As táticas, como bem explicadas por Michel de Certeau podem ser consideradas práticas de resistência às relações de poder e ao discurso hegemônico dominante. A exemplo disso, podemos ver as ressignificações dos corpos com deficiência realizadas pelas próprias pessoas com deficiência, como é o caso das Paradas do Orgulho PCD e das mobilizações artísticas promovidas por nossas estrelas Maia e Órion, que se expressam através da música. Do mesmo modo, as táticas também podem se fazer presente na produção teórica e científica de pesquisadores com deficiência, como apresentado na tese de Eduardo Oliveira, “Vocês bípedes me cansam”²³¹, que vai ao encontro com a ideia de romper com a corponormatividade, e na própria dissertação que aqui se desenvolve.

Para além disso, essas mesmas pessoas que têm territorializado corpos com deficiência têm aderido às táticas ao desterritorializar e reterritorializar espaços que até então foram e são construídos a partir de uma lógica de corpo, se posicionando nesses espaços, negando o isolamento social e, ao mesmo tempo, reivindicando esses espaços. Da mesma forma, quando resistem aos territórios que antes territorializavam, elas negam a forma como são percebidas pela sociedade e reafirmam seus direitos de autonomia e de ser humano que têm o direito de estar e ocupar os lugares que desejam.

Por fim, concluo este trabalho retomando a primeira discussão apresentada no primeiro capítulo, momento em que tomei consciência da necessidade de que esta pesquisa fosse imbuída do propósito de visibilizar as experiências vivenciadas por mim (e, certamente, por outros) enquanto historiadora e pessoa com deficiência, em relação à temática da deficiência na História. Assim, compreendo que a deficiência, enquanto uma categoria analítica, tem ganhado espaço nas ciências humanas; no entanto, ainda é escasso na História. Por isso, é importante reconhecermos a História Aleijada, como uma forma de escrever, discutir e contribuir com a temática da deficiência de forma histórica. E faço um alerta: a ausência dessa temática também contribui com o capacitismo. A deficiência está presente em diversos movimentos abordados pela História, basta querer olhá-los. Reafirmo a intenção de retirar a deficiência da sala de espera da História e espero que essa retirada aconteça de forma coletiva, pautada na ciência e em reflexões que reconheçam a deficiência como uma experiência cultural, social e política. Que essas discussões também possam se libertar das relações de poder e ocupem seu lugar na historiografia e nas salas de aula.

²³¹ CARMO, Carlos Eduardo Oliveira do. *Vocês, bípedes, me cansam! Modos de aleijar a Dança como contranarrativa à bipedia compulsória na Dança*. 226 f. 2023. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Universidade do Estado da Bahia, 2023.

Fontes e bibliografia

Legislações

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições de ensino superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2016.

Fontes orais

ÓRION. Entrevistado 1. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 12 de janeiro de 2024, na residência do entrevistado.

MAIA. Entrevistado 2. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 23 de janeiro de 2024, na Universidade Federal de Uberlândia.

SIRIUS. Entrevistado 3. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 03 de fevereiro de 2024, na casa do entrevistado, bairro Residencial Integração.

SOL. Entrevistado 4. Entrevistadora: Aleska Trindade. Entrevista realizada presencialmente em Uberlândia, no dia 19 de fevereiro de 2024, no local de trabalho do entrevistado.

Fontes digitais

ACESSIBILIDADE. Secretária de Planejamento Urbano. Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/acessibilidade/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ADEVIUDI - Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia. Página oficial. *Facebook*. Disponível em: <https://m.facebook.com/adeviudiuberlandia/>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBERLÂNDIA. Página oficial. *Facebook*. Disponível em: https://www.facebook.com/apaeuberlandia/?locale=pt_BR. Acesso em: 29 jun. 2024.

APARU – ASSOCIAÇÃO DOS PARAPLÉGICOS DE UBERLÂNDIA. *Projetos da APARU 2022*. Disponível em: <https://www.aparu.org.br/projetos-da-aparu-2022/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. *Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência*. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-decifienciareduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CIRCUITO URBANO. Disponível em: <https://www.circuitourbano.org>. Acesso em: 29 jun. 2024.

COLETIVO FEMINISTA HELLEN KELLER. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivohelenkeller?igsh=MW1hcmluNzVrZmRpYg==>. Acesso em 9 de janeiro de 2025.

COLETIVO QUILOMBO PCD. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombopcd?igsh=d2VqcmY5bzduYTlu>. Acesso em 9 de janeiro de 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Disponível em: <https://pedropeixotoferreira.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/deleuze-gilles-guattari-fecc81lix-o-que-ecc81-a-filosofia.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

PARADA DO ORGULHOPCD. A parada do orgulho pcd. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9xPpVgutjP/?igsh=MThyMjAxNmMzNzA0Ng==>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

REDE GLOBO. Uberlândia é exemplo de acessibilidade para deficientes. *Jornal Nacional*, 16 set. 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4478370/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

TUPINAMBÁ, Cacica Kawany; CARNEVALLI, Felipe; LOBATO, Paula. Uberlândia: Terra indígena. BDMG Cultural, 2023. Disponível em: <https://bdmgcultural.mg.gov.br/artigos/uberlandia-terra-indigena/>. Acesso em: 05 maio 2024.

UBERLÂNDIA. *Uberlândia 134 anos: o progresso pelos olhos do povo*. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2022/08/16/uberlandia-134-anos-o-progresso-pelos-olhos-do-povo/>. Acesso em 14 de janeiro de 2025.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Késia Pontes de. *A luta pelo direito à cidadania na cidade de Uberlândia: o movimento das pessoas com deficiência entre a legalidade e a legitimidade*. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- AMATO, Bruna; CARVALHO, Lina Ferrari de; GESSER, Marivete. As teorias queer e Crip no rompimento das epistemologias hegemônicas da Psicologia. *Revista interamericana de Psicologia/Interamerican journal of psychology*, v. 56, n. 3, 2022. <https://doi.org/10.30849/ripijp.v56i3.1714>
- AMARAL, Lígia Assunção. *Espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infanto-juvenil*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: carta para as mulheres escritoras do novo mundo. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 229-236, 2007.
- ANGELUCCI, Carla Biancha; SANTOS, Luciana Stoppa dos Santos; PEDOTT, Luciana Gomes Ornelas. “Conhecer é transformar: notas sobre a produção implicada de modos anticonceptivos de habitaram a universidade”. In: GESSER, Marivete et. al. (Orgs.). *Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social*, Curitiba: CRV, 2020.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução: João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan.-abr., 2002. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>
- BONFIM, Carolina Santos; MOL, Gerson de Souza; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. A (In)visibilidade de pessoas com deficiência visual nas ciências exatas e naturais. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, p. 589-604. 2021. <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0220>
- BRESCIANE, Stella. *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. São Paulo: Alameda, 2018.
- BRETON, David Le. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes. 2007.
- BRITO, Claudia; SILVA, Lenir Nascimento da. População e situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado com a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 151-160. 2010. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.19662021>
- BUTLER, Judith. *Corpos que Importam: os limites discursivos do Sexo*. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- CARMO, Carlos Eduardo Oliveira do. *Vocês, bípedes, me cansam! Modos de aleijar a Dança como contranarrativa à bipedia compulsória na Dança*. 226 f. 2023. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Universidade do Estado da Bahia, 2023.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAKRABARTY, Dipesh. “La idea de provincializar Europa”. In: *Al margen de Europa: Pensamiento poscolonial y difencia histórica*. Barcelona: Ensaïos Tusquets Editores, 2012.
- CLAVAL, Paul. O Território na transição Pós-Modernidade. *GEOgraphia*, v. 1, n. 2, pp. 7-26, set. 2009. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13349>

- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Vol. 1 - Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo – Vol. 2: Da Revolução a Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2008
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo – Vol. 3. As mutações do olhar. Século XX*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CRESPO, Ana Maria Morales. *Informação e deformação: a pessoa com deficiência na mídia impressa*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência, São Paulo, p. 1-14, 2013.
- DIAS, Francine de Souza. Proteção social e pessoas com deficiência em situação de rua: reflexões sobre a última década (2010-2020). *X Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 2021.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência?*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DUARTE, Constância; NUNES, Isabella. *Escrivência: a escrita de nós*. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. 1987.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.). Tradução de Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do António Bento. 2002.
- GAVÉRIO, Marco Antônio. *Reabilitar é incluir?: um estudo de práticas em Reabilitação Físico-Motora*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.
- GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. “Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social”. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (Orgs.). *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: Editora CRV, 2020. <https://doi.org/10.24824/978655868467.1>
- GESSER, Marivete et. al. O encontro com os estudos feministas da deficiência e a produção de narrativas insurgentes. *Revista Psicologia Política*, v. 24, p. 1-19, 2024. <https://doi.org/10.5935/2175-1390.v24e24515>
- GESSER, Marivete. *Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física*. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- GLAT, Rosana. “Não somos diferentes das outras pessoas”: Vida cotidiana de mulheres com deficiência mental. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto Superior de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.
- HAESBAERT, Rogério; RODRIGUES, Glauco Bruce. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, pp. 7-22, 21 set. 2002. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.47.a13419>
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à

Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARAWAY, Dona. Saberes localizados. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995.

LANNA JUNIOR, Mario Cleber Martins (Comp.). *História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção do Direito das Pessoas com Deficiência, 2010.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. *A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho*. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LIMA, Aleska. (In) *Visibilidades e experiência de pessoas com deficiência na cidade de Uberlândia (2010-2022)*. 75 f. Monografia. (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

LIMA, Aleska; CONSTANTINO, Caroline. Feminismo defixa: Lutas e perspectivas. In: FERREIRA, Jorgetânia; ORSI, Gabriela (Orgs.). *Feminismo das Maiorias*. São Paulo: Usina Editoriais, p. 143-161, 2022.

LOBO, Lilian Ferreira. “Exclusão e inclusão: fardos sociais das deficiências e das anormalidades infantis no Brasil”. In: PRIORE, Mary Del; MANTINO, Márcia (Orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.

MACIEL, Carolina Toschi. A construção social da deficiência. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos sociais, Participação e Democracia*, Florianópolis, v. 25, 2007. p. 161- 177.

MAIOR, Izabel Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2018v13n2.43009>

MELLO, Anahí Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. “Não é o corpo que nos descapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos da deficiência no Brasil e no mundo”. In: SHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves (Orgs.). *Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. Ponta Grossa: Editora da UEPG. 2014.

MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 635-655, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>

MELLO, Anahi Guedes de. *Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MORAES, Márcia; TSALLIS, Alexandra. Contar Histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Revista Polis e Psique*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 39-51, 2016. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.61380>

MORAES, Marcia. “PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual”. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

NALLIN, Araci. *Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos*. Análise de representação do discurso. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia de São Paulo, São Paulo, 1992.

NASCIMENTO, Rui Bianchi do. *A visão parcial da deficiência na imprensa: Revista Veja (1981-1999)*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

OMOTE, Sadao. *Estereótipos de estudantes universitários em relação a diferentes categorias de pessoas deficientes*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

PAULA, Ana Rita de. *Corpo e deficiência, faço o meu desejo*: reflexões sobre a perspectiva feminina. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

PEREIRA, Alan Kardec. Escritas insubmissas: indisciplinado a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481-508, 2021. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1719>. Acesso em: 21 jan. 2025. <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1719>

PICOLLO, Gustavo. *Um pensar sociológico da deficiência*. Curitiba: Annis, 2015.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro; Revisão Técnica: Déa Ribeiro Fenelón. *Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História*, v. 14, p. 31, 1995.

RABELO, Gilmar Borges. *Evaluation of the accessibility to the people with physical disabilities in the urban public transportation*. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Engenharias) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

RESENDE, Ana Paula Crosara. *TODOS NA CIDADE*: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia-MG. 139 f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2003.

RESENDE, Marineia Crosara de. *Atitudes em relação ao idoso, à velhice pessoal e ao portador de deficiência física em adultos com deficiência física*. 89 f. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2006

, Milton. O retorno do território. In: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 n° 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, São Paulo, ANPUH, 1989.

SATOW, Suely Harumi. *O projeto de ser gente*: construção da identidade na exclusão. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Ciências humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, ano XII, pp. 10-16, mar.-abr. 2009.

SAQUET, Marcos. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 56, jan.-jun., 2007.

SCOTT, Joan Wallach *et al.* A invisibilidade da experiência. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 16, p. 297-325, 1998.

SILVA, Idari Alves da. *Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença*. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

VASSIE, Rebecca. Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. *ONU News*, 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881>. Acesso em: 19 set. 2022.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. In: *Anais do III Seminário Internacional Repensando Mitos Contemporâneos: Sofia: Entre o saber e o não saber nos processos artísticos e culturais. Memória, experiência e invenção*, Campinas, UNICAMP, 2019.

VERENA. Alberti. “Histórias dentro das histórias”. In: PINSKY, Carla Bassanezi *et. al.* (Orgs.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

YNGAUNIS, Sueli. *A relação do adolescente portador de deficiência e/ou deformidade os meios de comunicação*. Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Mercado). Faculdade de Comunicação Social, Cásper Líbero, São Paulo, 2000.